



Economia social e consumo ético

INDICE

EDITORIAL	3
MATÉRIA DE CAPA	3
<i>Banco Ético: um novo modo de pensar a economia</i>	<i>3</i>
Entrevista com Dr. Ricardo Milano.....	3
<i>Banco Palmas: um banco para os mais pobres</i>	<i>8</i>
Entrevista com João Joaquim de Melo Segundo.....	8
<i>Produzir e consumir de maneira solidária e ética</i>	<i>10</i>
Entrevista com Lourdes Dill.....	10
<i>O consumo ético e o comércio justo precisam do verdadeiro cooperativismo</i>	<i>12</i>
Entrevista com João Carlos Rodrigues.....	12
<i>"Tudo Bom?", uma marca do Brasil para o mundo</i>	<i>15</i>
Entrevista com Ana Asti.....	15
<i>O poder dos consumidores</i>	<i>17</i>
Entrevista com Clean Clothes Campaign	17
<i>Consumo engajado. Consumo ético</i>	<i>20</i>
DESTAQUES DA SEMANA.....	21
MEMÓRIA	21
Nicholas Georgescu-Roegen - 1906-1984.....	21
Um modelo alternativo de crescimento	21
Escola nos EUA estreita programa.....	22

Georgescu, o rabugento pai da economia ecológica.....	23
Dai Dong, uma saia-justa profética na academia	24
Por José Eli da Veiga.....	24
TEOLOGIA PÚBLICA	26
O diálogo entre crenças	26
ARTIGOS DA SEMANA	28
Mendigos, esses seres invisíveis.....	28
Por Luciana Lara	28
A visão europeia do futuro eclipsa o sonho americano	29
Por Jeremy Rifkin.....	29
ENTREVISTA DA SEMANA	33
"O mercado precisa ser domesticado"	33
LIVRO DA SEMANA	36
A economia e a felicidade pública.....	36
<i>Economia civile. Efficienza, equità, felicità pubblica.</i> Bologna: Il Mulino, 2004.	
325p.	36
Dar emprego a todos é uma perigosa mentira	38
ANÁLISE DE CONJUNTURA.....	40
A Argentina e o FMI. A alteração das regras do jogo em questão.....	40
FRASES DA SEMANA.....	42
EVENTOS IHU.....	45
IHU IDÉIAS	45
Televisão e Reality Shows.....	45
O século XIX no RS: olhares da história econômica	45
ABRINDO O LIVRO.....	46
SALA DE LEITURA.....	48
Os Labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação	49
Por Castor M.M. Bartolomé Ruiz.....	49
Próximas edições	50
CICLO DE ESTUDOS SOBRE "O MÉTODO", DE EDGAR MORIN	50
II CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL	51
NOVOS LÍDERES RELIGIOSOS PARTICIPAM DO GDIREC.....	52
ENCONTROS DE ÉTICA PARA ALUNOS	52
IHU REPÓRTER	53
CECÍLIA LUIZA BROILO	53
SALA DE LEITURA	55
CARTAS DO LEITOR	56
Enquete no sítio do IHU	57

EDITORIAL

*“Banco ético, isso não existe” foi a reação de um colega quando ouviu falar, pela primeira vez, da Banca Popolare Etica da Itália. Muitos de nós temos uma reação semelhante quando ouvimos falar de consumo ético. No entanto, a revista econômica francesa, **Alternatives Économiques**, recentemente, publicou um número especial sobre este tema. Ou seja, é no Brasil e, especialmente, na academia que temos falado pouco e, menos ainda, pesquisado assuntos como esse. Neste número, trazemos, para a análise e reflexão, algumas experiências, nacionais e internacionais, referentes a estas matérias: a experiência inovadora da Banca Popolare Etica, da Itália, o relato sobre o Banco Palmas de Fortaleza, CE, experiência comentada internacionalmente, a bela caminhada do Projeto Esperança/Cooesperança de Santa Maria, RS, a trajetória da Coolméia Cooperativa Ecológica de Porto Alegre, RS e a luta pela consumo ético, desenvolvida pela ONG Clean Clothes Campaign.*

*Toda esta discussão continua, sob outros enfoques, na apresentação e comentário do livro do economista italiano Stefano Zamagni, **Economia civile. Efficienza, equità, felicità pubblica** (Economia civil. Eficiência, equidade, felicidade pública), na entrevista do sociólogo francês Robert Castel, que debate a necessidade de domesticar o mercado, na recordação dos dez anos da morte do economista Nicholas Georgescu-Roegen e na análise do significado e do inédito das duras negociações do governo argentino com o FMI, feita por Rubens Ricupero. Enfim, este **IHU On-Line** analisa alguns aspectos extremamente fascinantes da economia, hoje, sempre questionando se há possibilidades de alternativas econômicas capazes de serem mais justas, mais equânimes e ecologicamente sustentáveis.*

Uma ótima leitura e uma excelente semana!

[\(Voltar ao índice\)](#)

MATÉRIA DE CAPA

BANCO ÉTICO: UM NOVO MODO DE PENSAR A ECONOMIA

Entrevista com Dr. Ricardo Milano

“O papel das finanças éticas é aquele de recolocar o dinheiro como meio e o homem como fim, diversamente do que hoje sucede”, afirma Dr. Ricardo Milano, responsável pela Agência de Relações Culturais do Banco Popular Ético, instituição financeira italiana, cujo sítio na internet é www.bancaetica.com. Entrevistado via e-mail, Milano afirmou que o Banco Ético representa “um novo modo de pensar, seja a economia e as finanças, seja a sociologia, a antropologia, a filosofia e a teologia”. Fundado há cinco anos, o referido banco caracteriza-se por imprimir às finanças dimensões solidárias, transformando-as em um fator de coesão social. Seus critérios não se restringem, portanto, à mera avaliação econômico-financeira, mas abrangem aspectos atinentes ao desenvolvimento humano e social sustentável e à promoção do bem comum.

IHU On-Line - O dramaturgo alemão Bertolt Brecht afirmava, num pensamento muito apreciado pela esquerda, que “assaltar um banco não é comparado ao fato de fundar

uma instituição financeira”. De que modo o Banco Ético conseguiu consolidar-se, se consideramos a fundada desconfiança do povo para com os bancos?

Ricardo Milano – Creio que o problema não seja tanto o banco em si, quanto o uso que dele se faz. O mesmo vale para o dinheiro. Embora os bancos, historicamente, tenham nascido para responder plenamente às exigências do povo (bem diversas, quase em antítese, às realidades mercantis) e venham ao encontro das exigências de combater a usura (lembro que os bancos nasceram na Itália com os Montes de Penhor ou Montes de Piedade (*Monti di Pegno* o *Monti di Pietà*) e que foram criados por franciscanos), com efeito, sempre estiveram mais a serviço de uma classe burguesa e rica, antes que a serviço dos pobres. Mas, há exceções referentes à história de algumas nações. Na Itália, se criaram bancos que, verdadeiramente¹, sustentaram o povo [por exemplo, as caixas rurais e de artesãos, as caixas de poupança (Caixas Econômicas), alguns bancos populares, alguns bancos privados (de matriz católica)]: isso permitiu, onde eles existiam, a saída da miséria e da pobreza de muitas pessoas, bloqueando realmente a emigração. Hoje, especialmente na Itália e na Europa, a situação é diversa, é preciso agir de modo ainda mais incisivo, para devolver vigor a este tipo de economia e para combater as distorções da globalização. Em todo o caso, há um ponto de partida importante: o sistema econômico atual se baseia fortemente, no uso do banco e quem quiser fazer uma operação econômica, deve fazê-la, inevitavelmente, através de um banco. Não há retorno: o banco está sempre presente.

IHU On-Line – Se não há retorno, como dar sentido humano a essa atividade?

Ricardo Milano - O problema do nascimento do Banco Popular Ético foi precisamente este: deixar o mercado do dinheiro aos bancos clássicos e, agindo assim, consigná-lo, de fato, àqueles que queriam gerir a economia de determinado modo, ou intervir no mercado com a criação de uma nova instituição bancária. Uma instituição que conjugasse a realidade econômica com uma ética social e que desse a possibilidade aos “não-bancáveis”, ou seja, àqueles que não podem ter uma relação bancária (os jovens, as mulheres, o mundo do “terceiro setor”, ou da “economia não-lucrativa”, da economia social, entre outras atividades). Preferiu-se a segunda solução e, mesmo sabendo do “ódio” que o povo tem, muitas vezes, pelos bancos, escolheu-se, malgrado tudo isso, ainda utilizar o termo “banco” para tentar limpá-lo novamente da “imundície” que se tinha acumulado com o correr dos anos. Nascia, assim, um Banco para as pessoas débeis, que tinha como slogan “O interesse mais alto é aquele de todos” e que, respeitando as diretrizes das finanças éticas, permitia estabelecer uma relação com o slogan das caixas rurais de fins do século XIX, começo do século XX. “Não se faz o banco para tomar, mas para dar”. Mas o banco ético pode nascer precisamente porque foi concebido a partir da base, ou seja, do mundo do associativismo, da sociedade civil em geral e de milhares e milhares de pequenos sócios que lhe deram coração, cérebro e pernas. E, se vive, é porque é mantido pelos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, que criaram, entre elas, grupos regionais operativos, circunscrições locais, espalhadas por toda a Itália, que difundem os princípios e os conceitos das finanças éticas e que operam ativamente nas regiões e que se relacionam, verdadeira e propriamente, com o banco. O fim não é, todavia, o de fazer um estéril proselitismo ou de dar uma “patente de eticidade” àqueles que se tornam sócios ou que utilizam os serviços do banco, mas de construir uma realidade econômica na qual o bem-estar da pessoa não seja uma cópia do bem-possuir e na qual se vivam concretamente os “novos estilos de vida”, entendidos como sobriedade, uso natural dos produtos, uso das energias alternativas,

¹ Os sublinhados são do entrevistado. (Nota do *IHU On-Line*)

manutenção das produções locais, utilização do dinheiro (poupança) como alavanca social, entre outros.

IHU On-Line – Pode-se dizer que o banco também age como “mobilizador” social?

Ricardo Milano – Sim. Em suma, se o banco ético é um banco, de fato é também um modelo “mobilizador” de um novo modo de pensar, seja a economia e as finanças, seja a sociologia, a antropologia, a filosofia e a teologia. Hoje, no seu quinto ano de vida, o banco ético está se consolidando e está propondo um caminho especial de aproximação ao mundo do crédito e, ainda mais, àquele do dinheiro em geral, e os números estão o nosso favor. Francamente, creio que a idéia de Brecht [1898-1956], seja filha de seu tempo: hoje seguramente ele faria propaganda do banco ético e por todas aquelas realidades bancárias européias e mundiais que agora estão trabalhando pelo povo, sustentando a idéia que propõe. As finanças éticas, com o Banco Ético, junto com as outras realidades européias, são importantes – no mundo mais avançado – para mudar a nossa velha economia clássica, que atualmente não tem mais nada de novo a dizer e a propor, vendo as políticas e as reflexões sobre as quais se baseia, ao homem do terceiro milênio. E, no mundo menos avançado, as mesmas finanças éticas permitem enfrentar, de maneira nova, o desenvolvimento, também através do instrumento do microcrédito e dos novos paradigmas que isso comporta.

IHU On-Line - Quais os resultados obtidos pelo banco ético? Fazendo um paralelo com a atividade dos bancos tradicionais, como podem ser qualificados os seus progressos?

Ricardo Milano - Pode-se dizer que os resultados têm sido não só notáveis, mas bem superiores às expectativas. O banco está fazendo nascer uma nova consciência geral da população italiana sobre o uso do dinheiro, sobre seu custo, sobre outros aspectos afins não só aos grupos “antitradicionais”. A firme oposição ao financiamento de algumas atividades, como as relacionadas às armas, por exemplo, obriga muitos a pensar sobre a qualidade e sobre os serviços dos bancos ordinários. Estão sendo propostos quesitos até alguns anos atrás inimagináveis: começa-se não só a criticar os bancos pelos serviços, muitas vezes, deteriorados ou gananciosos que prestam, mas também se começa a criticar o “sistema bancário” que, cada vez mais, não financia aqueles que mais necessitam. A arrecadação e o número de sócios é um índice importante: o banco popular ético, em 30 de junho de 2004, tinha 23.495 sócios (20.233 pessoas físicas e 3.262 pessoas jurídicas) e o capital social montava a 16.721.000,00 de euros; a arrecadação era de 284 milhões de euros e os investimentos (deliberados) foram 175 milhões de euros. Isso em cinco anos de trabalho e partindo de baixo, da base (e aí permanecendo). Note-se, em particular, a consistência do número dos sócios que fazem, sim, com que as autoridades italianas de vigilância pensem neste banco como num grande banco, a despeito dos outros números logicamente ainda baixos. Mas, este dado também deve ser visto sob a luz dos poucos guichês e dos poucos “banqueiros ambulantes” (uma espécie de promotores financeiros que agem com eficácia no território) que se tem e de um uso mais difícil do banco em sentido logístico com respeito aos outros bancos (considerando a expansão do sistema bancário na internet). Porém a realidade mais importante diz respeito aos empregos, isto é, empréstimos. O fato de as taxas serem todas iguais (as diversidades são apenas técnicas), de que não se trabalha somente com a clássica investigação sobre o merecimento de crédito, mas se procede também com uma investigação ética que prevê, entre outras coisas, também a análise com um modelo V.A.R.I. (Valores, Requisitos e Indicadores). Esta análise permite “estudar” o requerente de empréstimo do ponto de vista de democracia participativa e de sociabilidade, respeito do ambiente, (entre outros quesitos). E isso está gerando uma mudança, embora ainda reduzida, considerando as

dimensões do terceiro setor na Itália, sobre a análise que todo futuro devedor faz de si mesmo. Em síntese, começa-se a colocar questões novas relativamente a uma prática bancária. Está se começando a criar um “fio vermelho econômico” que, partindo do indivíduo que requer o financiamento – ao qual se pergunta quem é, como opera e como se relaciona com a comunidade e o que faz – e transitando pelo projeto apresentado, chega ao banco, que decide se deve conceder ou não o empréstimo, que sucessivamente retorna à comunidade que pode finalmente conhecer, graças à transparência e publicidade que se exige, um pouco toda a operacionalidade e a bondade, ou não, do indivíduo e do projeto e, sucessivamente, sobre seus desenvolvimentos. É evidente que este processo é desconhecido dos bancos tradicionais, que valorizam somente os aspectos econômicos clássicos e a utilidade que deles deriva. O resultado mais importante é, no entanto, dado pelo fato de que agora o banco é bem conhecido, embora jamais se tenha feito publicidade, e que muitos outros começam a seguir algumas das suas idéias e alguns dos seus clientes; em suma, entenderam que existe, num certo sentido, um mundo por eles desconhecido, ao qual devem referir-se. E tudo isso num período no qual a situação dos bancos tradicionais é um tanto problemática.

IHU On-Line - Quais as relações que o banco ético mantém com o sistema financeiro tradicional?

Ricardo Milano - As relações são de dois tipos: de “dever” e de “prazer”. Relativamente às primeiras, o Banco Ético (ele o deve!) participa do fórum bancário setorial, age com os outros bancos e procura, nos limites do possível, acordos e/ou alianças para ir ao encontro de novas exigências, resolver problemas e buscar respostas aos problemas do crédito. Em todo o caso, o modelo do Banco Ético está despertando curiosidade e interesse, tanto que, sempre no interior de tais estruturas e precisamente por isso, é altíssimo o número dos seus dependentes que está pedindo para vir trabalhar num banco ético, mesmo deixando carreiras válidas e remunerações elevadas. Isso está fazendo alguns bancos repensarem suas estratégias. Em todo o caso, as relações são boas também, porque o segmento de mercado que o Banco Ético ocupa não é o mais importante para o sistema bancário tradicional, que, por isso, não teme concorrência.

IHU On-Line - A posição assumida pelo Banco Ético consegue influenciar os bancos tradicionais? Em que sentido ou direção?

Ricardo Milano - Sobre esse aspecto, há relações privilegiadas com algumas categorias de bancos, a contribuição do Banco Ético tem sido notável, forçando esses outros sujeitos a voltar a ser “aquilo que eram”, coisa que tinham perdido. Incrivelmente, esta variação trouxe benefícios a eles próprios. Esperamos que esta linha de comportamento continue... Em parte, e com sofrimento, parece que os bancos começam a mudar, movidos, muitas vezes, pela sua clientela. Muitos bancos declararam não querer mais financiar a exportação de armamentos ou atividades assemelhadas. Muitos bancos passaram a criar produtos que chamam “éticos”², quando compreenderam que uma parte de sua clientela os desejava (sobre a qualidade, todavia, destes produtos haveria coisas a dizer...).

IHU On-Line – Os bancos tradicionais estão se transformando em bancos “éticos”?

Ricardo Milano - Muitos bancos começam a definir-se como “éticos” e a apresentar-se de maneira nova. A conclusão é que começa a ser um pouco difícil, para o público, entender quem é realmente ético e quem o faz por conveniência. Para remediar isso, o Banco Ético não está

² No Brasil, por exemplo, o ABN Amro criou um Fundo Ético de Investimento. (Nota do *IHU On-Line*).

agindo tanto sobre “o agir”, mas também está trabalhando muito sobre “o pensar”, coisa que os bancos tradicionais, que querem camuflar-se, dificilmente conseguem fazer. O Banco Ético, em definitivo, está desencadeando uma pequena revolução, não tão silenciosa. O fato é, porém, que, enquanto o Banco Ético tem bem presente o que o filósofo Hegel escreveu: “De ética se fala quando esta não existe mais” e procura fazer de modo que as finanças éticas assinalem uma transmutação do mercado do crédito e de algumas de suas teorias, em outros bancos, vêem a ética apenas como uma nova oportunidade operacional, não pondo, porém, em discussão os conceitos do mercado. Em todo o caso, introduziu-se um novo modo de pensar e, querendo ou não, “o fato está consumado” e não se volta atrás. Em definitivo, o fato de o Banco Ético existir ou não existir, não é a mesma coisa, tanto para o mercado como para o pensamento econômico em geral.

IHU On-Line - De que modo os governos e a mídia tratam o Banco Ético? O Banco mantém algum tipo de contato com os governos? Os meios de comunicação lhe dão espaço e tratam com seriedade as atividades e as políticas do banco?

Ricardo Milano - Dos governos, em geral, há uma notável atenção. O Parlamento Europeu classificou o Banco Ético como *best practice* [melhor prática]; muitos governos europeus, depois, requereram consultas. Em muitas nações, estamos trabalhando para a constituição de novos bancos éticos. Também se está caminhando para a criação de um banco ético europeu alternativo, como banco de segundo nível (já existem as associações internacionais de finanças éticas como a Febea, a Sebea, o Inaise). É recente, na Itália, uma resolução do Senado da República, que define as finanças éticas. O próprio Banco de Itália [Banca d'Italia], máxima autoridade de vigilância, segue com rigor, mas também com atenção, este novo modelo de banco. Em síntese, enquanto não se criam maiores problemas, o sistema anterior responde bem. Em todo o caso, e para não suscitar problemáticas que poderiam pôr em risco a operacionalidade do banco, decidiu-se constituir uma Fundação Cultural “Responsabilidade Ética”, que se encarrega (além, logicamente, de outras atividades essenciais para o banco) de todas as situações culturais que o próprio banco não poderia assumir sozinho. Quanto à mídia, é preciso reconhecer uma notável atenção. De outra parte, falar de algo que busca o bem das pessoas é sempre interessante para tratar. Mais complicado é o aprofundamento temático de parte dos meios especializados em finanças: aparece uma certa reticência que parece derivar também do medo de uma futura possível mudança do sistema e, talvez, sob “conselho” de alguns potentes Institutos de Crédito que não querem uma mudança, se procura dizer o menos possível e desconversar. Mas, honestamente, é preciso dizer que a o *clipping* jornalístico é abundante.

IHU On-Line – O senhor acha que este tipo de banco pode ser implantado em países financeiramente débeis? A existência e o sucesso deste tipo de banco não está vinculado ao capitalismo consolidado, como o europeu?

Ricardo Milano - Estamos cômicos de que a realidade econômica negativa do mundo não poderá mudar jamais, se não mudarem as políticas econômico-financeiras dos países ricos. As finanças éticas, e os seus bancos, estão, sim, se encarregando disso e estão procurando redescobrir aquilo que de bom existe na atual doutrina econômica, rejeitando completamente as distorções que o financiamento da economia produziu no mundo. O papel das finanças éticas é aquele de recolocar o dinheiro como meio e o homem como fim, diversamente do que hoje sucede. Está-se criando, portanto, uma nova consciência crítica nos poupadores, ensinando-lhes que o seu dinheiro é uma “arma” incrível para contrastar as políticas neoliberais que querem conquistar sempre mais espaço no mundo. O dinheiro deve tornar a ser um fator de

coesão social, e não um fator de divisão social. Por isso, é claro que as finanças éticas são um fenômeno que tem as suas origens e as suas raízes nas sociedades capitalistas, por causa das suas distorções, sendo elas uma escola de pensamento importantíssima. Em todo o caso, é preciso interrogar-se também com que critérios econômicos estão sendo construídos novos contextos econômicos nos estados “pobres” ou “pouco desenvolvidos”; a contribuição das finanças éticas e de seus bancos é importantíssima em sistemas em construção, precisamente porque pode ajudar a não ingressar em caminhos que depois levarão às mesmas metas negativas alcançadas nos países “ricos”. Em síntese, se as finanças éticas e os seus bancos são uma “terapia” para a “velha economia”, podem ser uma boa “prevenção” para uma “nova economia”. Nesse contexto, fazer nascer bancos éticos (não só de microcrédito que, muitas vezes, não se propõem problemas “éticos” mais avançados, mas que visam, freqüentemente, a dar uma ajuda devida para um crescimento que liberte o povo da miséria e da pobreza: mas isso não é, em todo o caso, pouco!) não é só algo de bom auspício, mas algo devido, precisamente, por causa de uma corrente de pensamento que as verdadeiras finanças éticas estão elaborando. Enfim, não é mais um luxo, mas uma necessidade.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar outros comentários?

Ricardo Milano - É preciso que se esteja consciente que, num certo sentido, falar de finanças éticas é, paradoxalmente, abordar um tema que não deveria ser tratado: de fato, a atividade financeira, em seu complexo, da forma como ela é, uma estrutura no interior dos sistemas econômicos, deveria ser ética. Mas, olhando bem, qualquer atividade humana orientada para o crescimento da pessoa deveria ser inserida, ao menos para o crescimento social e civil, naquela esfera do saber que, no decurso dos séculos e a partir, de modo estrutural, dos filósofos gregos, foi chamada ética, uma vez que ela seja portadora de equidade e de justiça social mundial. Parece, todavia, não ser assim; o homem, que deveria aprender da história e procurar, baseado nela, desenvolver melhor as suas potencialidades para um objetivo de paz e de justiça, de fato age com base no impulso e em raciocínios que têm pouco a ver com a ontologia profunda do ser: o “estar bem consigo mesmo e com os seus semelhantes”. Creio que um raciocínio sobre tudo isso e com o envolvimento de todos, pobres e ricos e de modo democrático, não pode ser procrastinado. Talvez tenha hoje chegado o tempo de dar o justo peso, sem os “mais” e sem os “menos” às ideologias, para construir um mundo novo. Os recursos financeiros mundiais são enormes: basta direcioná-los de maneira equânime e justa. A cultura das finanças éticas e dos seus bancos permite isso, justamente porque consegue ensinar a todos que, ou se faz assim ou, caso contrário, não haverá alternativas para uma realidade de “não-retorno” da humanidade. Coragem, pois! Nós todos, que trabalhamos nesta direção, podemos pegar o mundo pela mão, enquanto pensar algo sério não é monopólio de quem “tem”, e conduzi-lo melhor.

[\(Voltar ao índice\)](#)

BANCO PALMAS: UM BANCO PARA OS MAIS POBRES

Entrevista com João Joaquim de Melo Segundo

Uma forma de enfrentar a pobreza com desenvolvimento, contra a lógica do sistema bancário e financeiro. Esse é o Banco Palmas, formado por 2800 sócios da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, na zona Sul de Fortaleza, um bairro com 30 mil moradores. Um bairro que foi transformado de um bolsão de miséria em um modelo de produção e consumo ético e solidário. Em seis anos, foram gerados 1200 postos de trabalho nas mais diversas áreas. O controle do Banco é da Associação de Moradores, a rede de

produtores e consumidores também. Ao contrário dos bancos comerciais que pedem garantias para fazer seus empréstimos, o Banco Palmas, empresta exclusivamente àqueles que não têm garantias, remetendo os que têm garantias para outros bancos. João Joaquim de Melo Segundo, conversou por telefone com **IHU On-Line**, na semana passada sobre as origens e os desafios atuais do Banco e da população que o sustenta. Ele é formado em Teologia e coordenador do Banco Palmas. João Joaquim mora no bairro desde 1984.

IHU On-Line- Como definiria o Banco Palmas?

João Segundo- Banco Palmas é o nome fantasia de um projeto da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, bairro pobre da zona sul da cidade de Fortaleza, que iniciou em 1973, quando as famílias de pescadores foram expulsas do litoral para essa região, onde não havia nada. Só havia mato, lama, um pântano onde o gado pastava. Os moradores foram construindo seus barracos espontaneamente, de papelão, de palha... Assim se formou uma grande favela, que recebeu o nome de Conjunto Palmeiras. Em 1981, surgiu a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, que hoje administra o Banco Palmas. Durante os anos 1980 e 1990, a Associação, com muita luta, caminhadas e passeatas, começou a construir o bairro. Por meio de mutirão, os moradores fizeram a drenagem, o saneamento, construíram a creche, o centro de nutrição, casa de parto, que é tudo comunitário.

IHU On-Line- Quais foram as transformações mais importantes no bairro nascente?

João Segundo- Durante esses 20 anos, o bairro foi se urbanizando lentamente, melhorando as condições pelo trabalho da associação. Teve duas datas importantes nessa caminhada. Uma foi em 1991, quando realizamos o primeiro seminário *Habitando o Inabitável*. O nome era claro no sentido de dizer que era impossível continuar morando no bairro, naquela situação. A partir dessa data, foi feito um pacto social, um planejamento estratégico e se decidiu urbanizar o bairro. Começaram, então, as grandes obras de construção. A segunda data importante foi em janeiro de 1997, quando se fez o segundo seminário *Habitando o Inabitável*. O bairro já estava relativamente urbanizado, já tinha as condições mínimas, mas a geração de renda dos moradores era muito pequena. A população continuava muito pobre economicamente e começou a vender seus barracos para ir morar em outros locais. O bairro tinha ficado caro; tinha taxa de água, luz, etc. Tinha melhorado a situação urbana, mas não melhorou a situação de renda.

IHU On-Line- Como os moradores começaram-se a beneficiar com o banco?

João Segundo- Fizemos um novo pacto social com os moradores para fazer um novo projeto de geração de renda, que permitisse a continuação de seu trabalho no Conjunto Palmeiras para que eles pudessem continuar morando no bairro. É importante dizer que 90% das pessoas no bairro ganham até um salário mínimo, têm baixíssima qualificação profissional. Então decidimos criar o Banco Palmas, que ganhou esse nome em homenagem ao bairro. Começamos com R\$ 2 mil emprestados. Ninguém acreditava que um banco, naquela favela, com aquela situação de pobreza, fosse dar certo. O Banco surgiu com um grande diferencial. Temos aqui no bairro 30 mil habitantes. Fizemos uma pesquisa de casa em casa para saber o que os habitantes consumiam e o quanto eles gastavam por mês. Chegamos à cifra de R\$ 1,2 milhão, juntando o que cada família gastava. Percebemos que a maioria dos produtos que as famílias compravam eram de grandes empresas capitalistas e que boa parte desses produtos era possível fabricar no bairro: material de higiene, confecção, material de limpeza, produtos alimentícios, etc. Com base nisso, criamos um banco popular que tinha a lógica de estimular a produção local, por meio de linhas de microcréditos, mas fundamentalmente estimular o consumo local, que a população fosse educada a consumir os produtos feitos no próprio bairro. E era esse ciclo

virtuoso da produção, consumo e geração de renda que ia fazer o bairro crescer, se desenvolver, gerar trabalho e renda. Assim foi feito. Em janeiro de 1998, começamos nosso banco, o Banco Palmas.

IHU On-Line- Como acontece hoje o funcionamento do Banco?

João Segundo- Começou com dois instrumentos: uma pequena linha de crédito para incentivar a pequena produção local, e o cartão de crédito, chamado Palma Card. Esse cartão de crédito era o instrumento de incentivo ao consumo local. Um cartão de crédito popular que qualquer família podia ter. Ele permitia comprar nos empreendimentos do próprio bairro. Só eram credenciadas lojas do bairro. Aos poucos, fomos abrindo novas empresas, financiadas pelo Banco. Temos a Palma Limp, que é a empresa de material de limpeza, com toda a linha de água sanitária, sabão, detergentes, desinfetantes, tudo fabricado localmente. Abrimos a Palma Fashion, que é nossa grife de confecção. São pequenos empreendimentos domésticos, com cinco ou dez mulheres do bairro. Temos a Palma Couros, que fabrica cintos, bolsas, sapatos, a Palma Natus, que é de produtos naturais, sabonetes, pastas, remédios em geral. São pequenas empresas comunitárias que fabricam produtos de primeira necessidade, de que a população necessita. E por meio de várias campanhas, de oficinas com os estudantes, começamos a estimular que os moradores comprassem esses produtos locais. A partir daí, foram sendo criados vários instrumentos de incentivo a esse consumo. Existe também a feira do Banco Palmas, que é semanal, onde só são vendidos produtos locais. Temos a Loja Solidária, que tem um vendedor de produtos feitos na própria comunidade.

IHU On-Line- Com que tipo de moeda o banco opera?

João Segundo- Criamos a nossa própria moeda. Hoje temos os palmas, a moeda própria do bairro que circula livremente e é usada nos clubes de troca. Com os palmas, você pode comprar livremente no bairro. Os comerciantes podem trocar por reais, no Banco, as moedas palmas acumuladas, para poder ampliar seus negócios e comprar novos equipamentos. Foi um conjunto de instrumentos criados para estimular a população a consumir localmente. O grande segredo do Banco Palmas é que ele financia e promove a produção e o consumo local e o consumo coletivo. As pessoas se associam para comprar, o que torna os produtos mais baratos. Temos também um laboratório de agricultura urbana, que é fundamental, porque nós não produzíamos alimentos na favela, então criamos um espaço com um técnico agrícola que ensina as famílias a plantarem nos quintais de suas casas e criar galinhas caipira que podem consumir ou vender na feira, gerando renda, recuperando o meio ambiente. A escola comunitária de Economia Solidária também é algo fundamental, se chama Palma Tech, que dá captação profissional, ensina, cria jogos pedagógicos que formam para a cultura da cooperação e da solidariedade. Todo o mundo é consumidor e produtor ao mesmo tempo nessa grande rede de solidariedade.

[\(Voltar ao índice\)](#)

PRODUZIR E CONSUMIR DE MANEIRA SOLIDÁRIA E ÉTICA

Entrevista com Lourdes Dill

O consumo ético e solidário nasce de uma economia popular e solidária, na opinião da Irmã Lourdes Dill, pertencente à Congregação das Filhas do Amor Divino. Ela é a coordenadora do Projeto Esperança/Cooesperança, desenvolvido pela Diocese de Santa Maria (RS), juntamente com a Cáritas Regional – RS. O Projeto, que funciona desde 1987, articula e congrega experiências da referida economia

popular e solidária, no meio urbano e rural. Apoiar-se no associativismo, buscando construir um modelo de cooperativismo autogestionário. Trabalha com os conceitos de produção coletiva, comercialização direta, agroecologia, agricultura familiar e busca a valorização do trabalho sobre o capital. Para ela, é possível “transformar pela solidariedade”.

IHU On-Line - Como surgiu o projeto Economia Popular Solidária? Como ele se relaciona com as outras atividades desenvolvidas pelo Projeto Esperança/Coesperança?

Lourdes Dill- A Economia Popular Solidária (EPS) no Rio Grande do Sul inspirou-se no livro **A Pobreza, Riqueza dos Povos**³. O livro propõe a “reinvenção da economia”, uma economia mais solidária, mais justa e partilhada. Uma economia que valorize e fortaleça a iniciativa das diferentes formas de organização do trabalho autogestionário e de inclusão social. A obra propõe a “transformação pela solidariedade”. De acordo com a forma de trabalhar proposta, os empreendimentos solidários distribuem, de forma justa, os frutos do trabalho organizado no meio urbano, no meio rural, na prestação de serviços, resultando na prática de um consumo justo, ético e solidário e na valorização do trabalho acima do capital. Este nos pareceu ser um dos caminhos para diminuir as desigualdades sociais e a concentração de renda nas mãos de poucos.

IHU On-Line – Como o Projeto Esperança/Coesperança se sustenta e como vem atuando?

Lourdes Dill – O projeto é promissor pela luta e por sua resistência e sua forma de organização. E contamos com o apoio diversificado de entidades, como a Cáritas Regional, Misereor⁴, Prefeitura Municipal de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Emater. Também contamos com os programas governamentais voltados à inclusão social que, indiretamente, contribuem para o sucesso das vendas nas feiras semanais e mensais. É importante também a “Teia Esperança”, que se constitui na rede de empreendimentos solidários associados ao projeto.

IHU On-Line - A senhora não teme que o mercado possa “apropriar-se” da economia solidária, impondo-lhe a lógica do lucro acima de tudo?

Lourdes Dill - O mercado busca se estender para onde há vantagens para ele. O que rege o mercado é o lucro e a concentração de riquezas. Ele tenta imitar a linguagem e a forma de apresentação dos produtos adotadas pela EPS, bem como outras práticas. Mas o mercado tem dificuldades para enfrentar a EPS, porque não tem as nossas convicções. Ele não quer construir o que queremos. A nossa proposta faz a diferença.

IHU On-Line - Como a economia solidária pode ser fortalecida? Aos governos cabe algum papel importante? Os militantes da economia solidária contam com os governantes, de maneira geral?

Lourdes Dill – A EPS pode ser fortalecida pela articulação das organizações comprometidas com essa proposta e pelas políticas públicas. Juntos e articulados, podemos avançar mais. Os governos devem apoiar, mas as organizações não podem ficar dependentes deles. O povo se organiza, luta, resiste. Os governos podem destinar recursos públicos e proporcionar assistência técnica. Os últimos governos têm favorecido as iniciativas do Projeto

³ Tévoédjré, Albert. **A Pobreza, riqueza dos Povos**. Petrópolis: Vozes, 1981. (Nota do **IHU On-Line**).

⁴ Organização (www.misereor.org), fundada em 1958, atua como agência de desenvolvimento da Igreja Católica na Alemanha (Nota do **IHU On-Line**).

Esperança/Coesperança como um todo. A cada ano vai se buscando fortalecer esta integração.

IHU On-Line - No que consiste o “cooperativismo alternativo” e qual a sua relação com a economia solidária?

Lourdes Dill – O cooperativismo alternativo e autogestionário tem uma relação direta com a EPS. As pequenas iniciativas, as cooperativas populares, valorizam o trabalho acima do capital, ao contrário das grandes cooperativas, que concentram suas forças na valorização do capital acima da força de trabalho. A participação, a gestão e o planejamento participativo funcionam melhor nas pequenas iniciativas, que trabalham de forma mais eficiente a inclusão social e cidadã.

IHU On-Line - A senhora gostaria de comentar outros aspectos do tema não referidos nas perguntas?

Lourdes Dill - Gostaria de reforçar que a EPS é um dos caminhos promissores para muitos países. Contribui de maneira significativa para a geração de trabalho e renda para trabalhadores e trabalhadoras, é um caminho alternativo. No nosso caso, achamos muito importante a realização das feiras, a prática da comercialização direta, a nossa “teia esperança”.

[\(Voltar ao índice\)](#)

O CONSUMO ÉTICO E O COMÉRCIO JUSTO PRECISAM DO VERDADEIRO COOPERATIVISMO

Entrevista com João Carlos Rodrigues

*O presidente da Cooperativa Ecológica Coolméia, João Carlos Mendonça Rodrigues, em entrevista concedida, por telefone, ao **IHU On-Line**, sustenta que o bom cooperativismo estimula as práticas socializantes e, por decorrência, incentiva o comércio justo e leva ao consumo ético. Profissional formado nas áreas administrativa e de informática, conhecimentos que colocou a serviço da ecologia e do cooperativismo, João Carlos lamenta o descaso dos governos para com a Coolméia, cujo modelo de gestão destaca-se internacionalmente. Mas acredita que, gradualmente, a sociedade e a mídia aproximam-se das proposições da Cooperativa, buscando uma defesa contra o capitalismo selvagem e a falácia do desenvolvimento assentado nas grandes empresas. A Cooperativa Ecológica Coolméia, cujo sítio na internet é www.coolmeia.com.br, existe desde 1978. Ela congrega mais de mil associados e, através do trabalho cooperativo, atua no sentido de promover a alimentação natural, a agricultura ecológica, a defesa do meio ambiente, a autogestão e a co-gestão. Fundada por iniciativa de membros da entidade esotérica Grande Fraternidade Universal, marcou a época em que os jovens procuravam alternativas alimentares e de vida. Eles mesmos começaram a produzir do que mais necessitavam. Utilizavam a garagem da GFU, em Porto Alegre, e, em 1982, passaram a uma sede conjunta com a Agapan e os Amigos da Terra, na rua João Telles, bairro Bom Fim. Hoje, ocupa um largo espaço na sobreloja da Igreja do Santíssimo Sacramento e Santa Teresinha, na rua José Bonifácio, 675, no Bom Fim, em Porto Alegre. Centenas de famílias produzem alimentos e são mantidas pelo contato direto com o consumidor via Coolméia. A Cooperativa mantém três feiras em espaços públicos, além do entreposto de produtos integrais sete dias por semana, almoço vegetariano, livraria, serviços de apoio técnico e orientação nutricional e lancheria. Também participa ativamente da vida cultural e ambientalista da cidade promovendo encontros, palestras ou painéis sobre questões atuais ou simplesmente culturais.*

IHU On-Line – Quais são as preocupações da Coolméia quanto ao consumo ético e ao comércio justo?

João Carlos Rodrigues - A Cooperativa atua em três segmentos, que são o naturismo, o ecologismo e o cooperativismo. O cooperativismo é o início de tudo, sendo uma forma de socializar, é também uma forma de comércio justo e de consumo ético. O cooperativismo nasceu para isso, embora hoje ele seja usado para outros propósitos. Em outros países, deu certo. Por que, no Brasil, não está dando? Acharmos que o comércio justo e o consumo ético devem integrar o contexto do cooperativismo. Nós tratamos de colocar o produtor em contato direto com o consumidor, para criar uma relação de proximidade entre quem planta e aquele que consome esse produto, e aí vai se criando um consumo ético.

IHU On-Line – Atualmente, a Coolméia reúne quantos cooperativados, qual é o alcance do trabalho dela?

João Carlos Rodrigues - A Cooperativa hoje tem 2.052 associados e alcança todo o Estado do Rio Grande do Sul, mas temos consumidores do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e outros estados. O trabalho da cooperativa tem um alcance maior do que se imagina, é notado no mundo inteiro. Somos procurados por pesquisadores e estudiosos de outros países. Por exemplo, tivemos recentemente uma pessoa do Canadá e uma pessoa da Alemanha estudando o nosso trabalho, tivemos um colombiano estagiando aqui. A cooperativa tem um trabalho de alcance internacional.

IHU On-Line - A que o senhor atribui esse prestígio internacional, o que as pessoas vêm buscar aqui?

João Carlos Rodrigues – Embora estejamos muito atrasados em relação a algumas questões, como a livre utilização do plástico, por exemplo, as pessoas vêm conhecer a nossa história, a nossa prática, as nossas lutas. Existimos desde 1978, desenvolvemos uma consciência ecológica. São 26 anos de uma história bem desenvolvida, bem trabalhada, bem costurada, e o pessoal vem buscar essa experiência. A Cooperativa conseguiu muitas vitórias. Por exemplo, a agricultura ecológica, no estado, foi iniciada pela Coolméia, assim como as feiras ecológicas. Eu não teria como precisar agora se ela foi pioneira no Brasil. Sei que, aqui no Rio Grande do Sul, ela foi a pioneira nessa história, mas como o Rio Grande do Sul é pioneiro na agricultura ecológica, eu acredito que somos pioneiros no País. Recentemente o presidente de uma cooperativa do Rio de Janeiro veio nos procurar para saber por que a cooperativa estava dando certo. Mostramos que conseguimos esse êxito devido à confiança das pessoas na proposta da Coolméia, no relacionamento que criamos entre o bem-estar da saúde humana com o bem-estar que existe no ecossistema ecológico. Essa história é interessante e atrai a atenção das pessoas daqui e de todo o mundo.

IHU On-Line - Como a Coolméia vem estimulando, convencendo as pessoas a adquirirem os produtos e, aos poucos, estabelecerem um tipo de consumo ético?

João Carlos Rodrigues - Isso a Cooperativa já conseguiu, digo com todas as letras. Ao longo dos 26 anos, ela já provou que é possível praticar o consumo ético. A fidelidade que existe entre os consumidores e a Cooperativa Ecológica Coolméia é muito grande. Por exemplo, o produto ecológico comercializado hoje pela Cooperativa tem um valor e uma aceitação tão grandes, que foi preciso criar o "Selo Coolméia da Certificação Participativa".

IHU On-Line – Praticamente sem o apoio da mídia, como a Cooperativa conseguiu despertar o interesse dos consumidores?

João Carlos Rodrigues - A Cooperativa tem dois setores bastante atuantes: o setor de ecotecnologias e o comitê de educação e comunicação. O setor de ecotecnologias trabalha atuando direto com o homem do campo, que trabalha com a produção convencional, tentando levá-lo para a produção ecológica. São atividades educativas, palestras. O comitê de educação e comunicação busca, por outro lado, o casamento com a ecotecnologia. Estabelece contatos com a população, com a sociedade, busca as pessoas, dissemina informações sobre as qualidades da boa alimentação, do bom produto, sem veneno, sobre a necessidade de protegermos o ecossistema, a saúde humana. São dois setores fortemente ligados que trabalham essa questão da consciência. Na realidade, a agricultura ecológica é pequena, a familiar é pequena, e as pequenas empresas não têm subsídios financeiros dos municípios, estados ou da nação. Mas apesar de a mídia não ter dado muito apoio até o momento, a imprensa está tendo um pouco mais de interesse, está divulgando mais o ecologismo, a idéia do consumo ético, solidário, apresentando horizontes diferentes.

IHU On-Line – No que se refere à comunicação, como ocorrem as ações principais?

João Carlos Rodrigues – Pelo site da cooperativa⁵, e-mails, jornais de bairro, nós priorizamos a relação com esses jornais. E também por meio de panfletos e de palestras. Essas ações também se dirigem às três categorias de associados. Aliás, esta é a única cooperativa brasileira que tem esta particularidade das três categorias.

IHU On-Line – Quais são essas categorias?

João Carlos Rodrigues – São as categorias dos produtores, consumidores e associados operacionais. Estes são os responsáveis pela parte administrativa, como é o meu caso, inclusive. Os associados operacionais atuam também na parte institucional.

IHU On-Line – Então o interesse despertado pela Coolmeia se deve também ao seu modelo de organização?

João Carlos Rodrigues – Nos eventos internacionais, a cooperativa é citada como exemplo a ser seguido. Consta que não existe nada parecido em todo o mundo. No Brasil, sabemos que o modelo adotado é pioneiro. Existem cooperativas de consumo, de comercialização, de produtores, de trabalho, habitacional, enfim, todos os segmentos estão separados. A Coolmeia teve, por princípio, reunir três categorias em uma só cooperativa, e deu certo. Nós trabalhamos com a gestão participativa. Não nos dividimos em associados e empregados. Aqui todos têm o mesmo valor e os mesmos direitos. A prática da cooperação e da solidariedade já começa dentro da própria cooperativa, propiciando uma participação ativa e mútua. A ética do cooperativismo é a socialização. Todos são iguais. Isso é o que torna a nossa cooperativa muito interessante e tem despertado a atenção de outros países. Como disse, recebemos visitas freqüentes de alunos estrangeiros que estudam o modelo da Cooperativa e sua contribuição para o comércio justo, entre outros aspectos. Eu não sei por que os governos estadual e federal ainda não nos deram a devida atenção, não nos ajudaram a divulgar mais o trabalho feito aqui. E sabe-se que, sem subsídio e sem apoio, não se consegue fazer muita coisa, frente ao poderio do capitalismo selvagem, especialmente o que foi imposto pelos últimos governos, aqui no Brasil.

IHU On-Line – A cooperativa já buscou esses apoios?

⁵ www.coolmeia.com.br (Nota do *IHU On-Line*).

João Carlos Rodrigues – Obter esses apoios é o nosso principal objetivo nesse momento. O trabalho que fazemos é de grande utilidade pública, valioso, é uma verdadeira pérola que temos aqui no Estado e não podemos deixar isso morrer. Naturalmente, temos dificuldades financeiras muito grandes, pois o nosso objetivo nunca foi financeiro. Pelo contrário, sempre prezamos pelas questões ideológicas, pela prática de uma teoria que defendemos. Trabalhamos muito esse aspecto da prática e nos fragilizamos financeiramente. Precisamos de apoios para atingir amplamente a população e demonstrar como o consumo ético e o comércio justo são importantes para o desenvolvimento do País. Mas parece que não existe interesse dos governos em investir nisso. Eles preferem favorecer os grandes empresários, que não geram tantos empregos e desenvolvimento social como se costuma dizer. Isso é conversa fiada.

[\(Voltar ao índice\)](#)

"TUDO BOM?", UMA MARCA DO BRASIL PARA O MUNDO

Entrevista com Ana Asti

Camisetas brasileiras fabricadas em Petrópolis, Rio de Janeiro, sob a marca "Tudo Bom?" são exportadas para a França, seguindo as normas do comércio justo. "A marca foi criada recentemente pelo francês Jerome Schatzman para desenvolver o comércio ético e solidário de produtos têxteis brasileiros na França. Foi escolhida a expressão Tudo Bom?, porque uma das impressões mais conhecidas pelos franceses do brasileiro é, exatamente, o sinal de positivo que fazemos com o polegar estendido pra cima como uma resposta à pergunta Tudo Bom?". Essa é a explicação de Ana Asti, membro do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil (FACES). Segundo ela, essa brincadeira com a expressão e a proposta diferenciada do comércio ético e solidário vem, há seis meses, conquistando uma rede cada vez maior na França. Ana Larronda Asti é administradora pela Faculdade IBMEC, sócia e coordenadora geral da Onda Solidária, membro da Secretaria Latino-Americana da Rede Mundial de Comércio Justo (IFAT) e membro do FACES do Brasil.

IHU On-Line- Como foi criada a marca "Tudo bom?", como funciona, para onde exportam?

Ana Larronda Asti - A Marca "Tudo Bom?" foi criada recentemente pelo francês Jerome Schatzman para desenvolver o comércio ético e solidário de produtos têxteis brasileiros na França. Foi escolhida a expressão Tudo Bom?, porque uma das impressões mais conhecidas pelos franceses do brasileiro é, exatamente, o sinal de positivo que fazemos com o polegar estendido pra cima como uma resposta à pergunta "Tudo Bom?". Essa brincadeira com a expressão e a proposta diferenciada do comércio ético e solidário vem, há seis meses, conquistando uma rede cada vez maior de franceses que já comercializam, entre seus amigos e conhecidos, as camisetas produzidas por um grupo de mulheres de baixa renda da cidade de Petrópolis no Bairro Cascatinha. Foi criada uma ONG na França para apoiar o desenvolvimento desta rede de voluntários. Além do mercado francês, as camisetas já foram exportadas para a Inglaterra, pela ONG parceira Childrens Aid, e recebemos uma primeira encomenda para a Espanha. Mas a gama de produtos continua crescendo. As mulheres já desenvolveram casaquinhos e blusas femininas, e o próximo desafio é a criação da coleção "Tudo Bom?" Verão Europeu 2005. Para que este trabalho de exportação, entre Brasil e Europa, se concretize e cresça em escala, foi necessária a criação de uma ONG brasileira para articular a produção e logística de produção de peças de comércio ético e solidário da marca "Tudo Bom?" e de outras marcas, abrangendo futuramente novas coleções de produtos têxteis de outros

clientes, da área de artesanatos e de produtos alimentares. A marca “Tudo Bom?” é a primeira experiência desta ONG brasileira de comercialização de produtos de comércio solidário chamada, Onda Solidária. O projeto de exportação dos produtos de comércio éticos e solidários da Onda Solidária se chama Onda Brasil.

IHU On-Line- Quanta gente se beneficia com esse trabalho, quais são as normas de produção e consumo que regem o empreendimento?

Ana Larronda Asti - O foco do trabalho é o grupo de costureiras, principais beneficiárias, o grupo varia de 8 a 12 mulheres, dependendo da quantidade de trabalho disponível. As costureiras são responsáveis pela modelagem, confecção de peças-piloto, costura das peças e bordados. O corte das peças e a estampa são desenvolvidos por uma microempresa chamada Mad Stamp, já parceira do grupo de costureiras antes mesmo da Onda Solidária iniciar seu trabalho. Nesta microempresa, estamos falando de 6 a 8 pessoas beneficiadas diretamente. O Projeto Onda Brasil vem estimular o desenvolvimento de trabalho e renda no Brasil pela comercialização de produtos de Comércio Ético e Solidário. Seu foco inicial é a exportação de produtos têxteis, artesanatos e alimentares brasileiros para países que já desenvolveram mercado interno receptivo a produtos éticos e solidários. A Onda Solidária se baseia no conceito de comércio ético e solidário, desenvolvido no Brasil pelo Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil (FACES) em conjunto com diversos atores da cadeia produtiva ética e solidária. O Comércio Ético e Solidário é uma forma de empoderamento de trabalhadores assalariados, produtores e agricultores familiares, que estão em desvantagem ou marginalizados pelo sistema convencional de comércio, baseado em relações éticas, transparentes e co-responsáveis entre diversos atores da cadeia produtiva. Pressupõe uma remuneração justa e contribui para a construção de relações solidárias na economia. Respeita diversidades culturais e históricas e reconhece o valor do conhecimento e imagem das comunidades tradicionais. O Projeto Onda Brasil segue os princípios internacionais do comércio justo, buscando, assim, se adequar às demandas e necessidades do mercado consumidor internacional. São 9 os princípios definidos pela Rede Mundial de Comércio Justo – IFAT:

1. Criar oportunidades a pequenos produtores do Sul;
2. transparência e confiabilidade em toda a cadeia de comercialização;
3. desenvolvimento de capacidades dos produtores;
4. promoção do comércio justo;
5. pagamento de um preço justo;
6. igualdade de gênero;
7. boas condições de trabalho;
8. dizer não à exploração do trabalho infantil;
9. conservação do meio ambiente.

IHU On-Line- Quais os principais desafios que enfrentam na atualidade e quais os planos a curto e longo prazos?

Ana Larronda Asti - Através de um levantamento das dificuldades enfrentadas pelo grupo de mulheres costureiras para se estabelecerem no mercado e dar sustentabilidade ao seu negócio, foram traçadas três metas de desenvolvimento. Todo o desenvolvimento do projeto estará visando ao alcance destas metas definidas pelo próprio grupo produtivo. Um novo espaço de produção é a primeira meta, que tem como dificuldade o fato de que hoje o grupo trabalha na casa de uma das mulheres, onde quartos se transformaram em salas de costura. O espaço é pequeno, mal distribuído para a instalação de uma confecção e inviabiliza o crescimento. São dois quartos de 9m² cada um, onde estão as máquinas de costura, além de um espaço maior

nos fundos para mesa de corte. A cozinha e a sala de estar da casa fazem parte deste espaço. A segunda meta é o estabelecimento de uma equipe de costureiras permanente. Uma das maiores dificuldades do grupo é manter todas as mulheres trabalhando constantemente. A rotatividade é muito grande devido à falta e inconstância de pedidos, o que leva as mulheres a buscar outras atividades e trabalhos. Assegurar uma receita mínima mensal que viabilize um recebimento correspondente ao salário mínimo para todas as costureiras é uma das grandes batalhas do grupo. A terceira meta é a institucionalização como microempresa. O fato de não estar legalizado faz com que o grupo perca demanda de empresas da região que trabalham apenas com confecções que emitem nota fiscal. A institucionalização, vista ainda como uma meta de longo prazo, será um caminho importante para a independência do grupo e conquista do mercado formal.

IHU On-Line- Como acontece a concorrência com grandes marcas do mesmo ramo?

Ana Larronda Asti- Como estamos muito no início ainda não sentimos a influência da concorrência, até porque temos uma proposta diferenciada de comercialização tanto pelo tema quanto pela rede de voluntários que realmente acreditam e sentem orgulho por apoiar a causa. De qualquer forma, as camisetas do Projeto de Comércio Solidário Onda Brasil são de muito boa qualidade, padrão exportação, e sendo assim estão prontas para concorrer com outras marcas do mercado, caso se faça necessário. Estaremos lançando, em outubro, o site da ONG Onda Solidária, que está em construção, mas o futuro endereço é www.ondasolidaria.org

[\(Voltar ao índice\)](#)

O PODER DOS CONSUMIDORES

Entrevista com Clean Clothes Campaign

“As corporações multinacionais gastam milhões de dólares por ano em publicidade e campanhas de marketing, querendo convencer o consumidor para que compre seus produtos. Para estas empresas, captar a atenção do cliente compensa este imenso gasto”. Essa afirmação é da direção da Clean Clothes Campaign (CCC, Campanha das roupas limpas), instituição européia, com sede internacional em Amsterdã, entrevistada por IHU On-Line, via e-mail. Em 1989, uma manifestação em frente a grandes armazéns na Holanda para denunciar as deploráveis condições de trabalho existentes nas Filipinas (onde se confeccionava a roupa) cresceu até se converter em uma campanha chamada Clean Clothes Campaign (CCC). A campanha centrava-se na melhora das condições de trabalho no setor têxtil e de material esportivo mundial. Hoje, está ativa em 11 países europeus e seu sítio na internet é www.cleanclothes.org. A rede européia da Campanha se encontra respaldada internacionalmente, incluindo sindicatos, ONGs e indivíduos nos países onde se confeccionam as peças (Ásia, África, Europa do leste e América central). A CCC também colabora com campanhas similares nos EUA, Canadá e Austrália. A entrevista a seguir foi realizada com base em artigos enviados pela direção da Clean Clothes Campaign, após receber as questões remetidas pela redação do IHU On-Line.

IHU On-Line- Qual é o objetivo da Campanha das Roupas Limpas (CCC)?

CCC - As corporações multinacionais gastam milhões de dólares por ano em publicidade e campanhas de *marketing*, querendo convencer o consumidor para que compre seus produtos. Para estas empresas, captar a atenção do cliente compensa este imenso gasto. As grandes empresas com marca registrada competem ferozmente para conseguir a fidelidade do consumidor, e, portanto, os consumidores podem influenciar não só as empresas como também

a sua forma de operar. A CCC é uma campanha dos consumidores e aproveita o poder deles para provocar melhoras sociais. Recolhemos informação e a apresentamos aos consumidores de distintas formas (programas educativos, marchas, publicidade, debates, livros, manifestações, internet), para que conheçam a verdade sobre a produção das peças (salários baixos, muitas horas de trabalho, repressão dos sindicatos, discriminação sexual, etc). Armados com esta informação, animamos os consumidores a iniciar uma série de ações que levem a melhorar as condições de trabalho do setor.

IHU On-Line- Quais as normas que regem o comércio justo, que vocês aplicam e tentam exigir das outras empresas?

CCC - Já que a principal reivindicação da Clean Clothes Campaign é de que varejistas cumpram com sua responsabilidade, para assegurar que o vestuário seja produzido sob condições decentes, é importante ter clareza sobre como nós definimos boas condições de trabalho. Princípios orientadores para a melhoria das condições de trabalho podem ser encontrados nas convenções básicas havidas na Organização Internacional do Trabalho (OIT), além dos princípios internacionais referentes aos direitos fundamentais no local de trabalho. Esses princípios são: liberdade de associação, o direito a acordos coletivos, não-discriminação de qualquer espécie, nenhum trabalho forçado ou escravo, idade mínima de 15 anos para trabalhar, medidas de segurança e saúde, uma semana de trabalho de, no máximo, 48 horas e horas-extras voluntárias de, no máximo, 12 horas, direito a um salário mínimo e contrato de trabalho. Bem cedo, nossos parceiros de todo o mundo levantaram a necessidade de um código comum de campanha. Como resultado, na Europa, a CCC desenvolveu um código, chamado "Código de práticas de trabalho para a indústria têxtil, incluindo trajes esportivos", no qual os princípios listados acima estão detalhadamente descritos. Em nossa campanha, nós reivindicamos que varejistas implementem os padrões estabelecidos no Código de Práticas Laborais e criem um sistema de constante monitoramento, para que sejam mantidos. Também solicitamos que as empresas aceitem um sistema de verificação independente.

IHU On-Line- Em relação aos consumidores, como se promove consciência crescente e pressão por mudança?

CCC - Acima da Campanha das Roupas Limpas, há uma campanha do consumidor – sua força provém do poder do consumidor. O poder de compra dos consumidores está sendo mobilizado para a obtenção de condições de trabalho na indústria têxtil. As condições de trabalho na indústria têxtil são informadas pelos jornais, pela Internet e por publicações de pesquisa. Os consumidores não estão interessados apenas na qualidade dos produtos que eles compram, mas também no trabalho por trás dos nomes das marcas, as condições sociais e ambientais sob as quais esses itens foram produzidos. Nós descobrimos ser este o caso por nosso contato pessoal com o povo, e há estudos de consumidores que foram realizados na Europa e nos EE. UU., que também confirmam tal reivindicação. Dessa forma, não causa surpresa que os responsáveis pela manufatura têxtil estejam mais e mais preocupados sobre como os consumidores percebem sua empresa. Nós visamos novos caminhos para atingir consumidores jovens em itens que lhes dizem respeito. Ações para jovens conectadas com eventos esportivos mais significativos, tais como a Copa do Mundo, são formuladas regularmente. Ralis e demonstrações junto à população jovem são também organizados em vários países da Clean Clothes.

IHU On-Line- Quais as possibilidades de respaldo legal desta campanha? -

CCC - A Clean Clothes Campaign também objetiva possibilidades legais para enfrentar as más condições de trabalho na indústria têxtil. Em 1988, a CCC organizou o Fórum Internacional da Clean Clothes, realizado em Bruxelas. Atualmente, casos contra sete maiores empresas têxteis – Adidas, C&A, Disney, H&M, Levi Strauss, Nike e Otto Versand – foram apresentadas perante o Tribunal Permanente dos Povos. Estes casos incluíam testemunhos de trabalhadores e pesquisadores referentes a condições de trabalho em indústrias que produzem para essas marcas. Para eles, interessou ver como isso se evidenciava, e cada arquivo compilado pela CCC nessas empresas pode ser encontrado em nosso site da Web. Um dos objetivos desta iniciativa foi elaborar uma abordagem em dois níveis: o direito dos consumidores de serem informados sobre as condições de trabalho sob as quais as roupas que eles compram são produzidas e a responsabilidade dos distribuidores e das empresas têxteis em cada estágio da produção.

IHU On-Line- Como acontecem essas disputas legais?

CCC - Para entender o conceito de disputas legais sob a perspectiva da lei do consumidor, podemos usar o exemplo do caso levantado contra a Nike no Estado da Califórnia, nos EE.UU., onde existem leis de proteção do consumidor que visam a proteger os consumidores de falsos anúncios. Essas leis têm sido usadas para levantar a questão de más condições de trabalho como evidência de falsa publicidade, da parte de uma empresa multinacional que proclama tomar medidas para assegurar que boas condições de trabalho sejam a norma nas indústrias que fabricam seus produtos. Seguindo este fórum internacional, um Grupo de Trabalho Legal foi formado no âmbito da CCC, composto por membros de cada uma das campanhas nacionais. Este grupo pretende agora prosseguir nessas iniciativas legais.

IHU On-Line- Como se desenvolve o trabalho em termos de solidariedade internacional?

CCC - A CCC trabalha para desenvolver vínculos com organizações em países nos quais são produzidos vestuários. Isso é feito por meio de programas de intercâmbio. Por exemplo, em 1997, nós começamos um projeto de pesquisa e intercâmbio com ONGs e sindicatos na Europa Central e Oriental. Ele focalizou a Bulgária, a Polónia e a Romênia (um relatório sobre a pesquisa de campo em indústrias têxteis nestes países é acessível em inglês pela CCC, em www.cleanclothes.org/). No momento, um novo programa de intercâmbio, com organizações da América Latina, está sendo desenvolvido. As atividades solidárias da CCC também tomam a forma de seminários internacionais. Por exemplo, o International Workshop of Independent Monitoring of Codes of Conduct (Oficina internacional de monitoramento independente de códigos de conduta), realizado na Bélgica, em maio de 1998, em que os participantes, na maioria dos países onde vestuários são produzidos, exploraram as possibilidades e limites de serem envolvidas ONGs, centros de apoio dos trabalhadores e sindicatos locais, na implementação e verificação do processo de monitoramento na indústria têxtil.

IHU On-Line- Por que não há algumas exigências ambientais nos códigos de conduta?

CCC - Os códigos de conduta cobrem apenas a produção de vestuários, ou seja, a porção do processo de produção que começa com o corte do material e termina com vendas de varejo num departamento ou loja. Isso não significa que não haja problemas nas condições de trabalho envolvidas em outras fases anteriores (por exemplo, a produção de algodão, a fabricação de linha, a tecelagem). Mas, podem-se fazer exigências ou reclamações a empresas varejistas nas porções do processo de produção sobre o qual elas atualmente têm controle.

IHU On-Line- Como vocês cuidam da parte ambiental?

CCC - A fase do processo de produção que lida com a manufatura atual de vestuário apresenta menor envolvimento ambiental do que outras fases do processo produtivo, como a produção têxtil e a agricultura. Nós achamos que essas questões são mais importantes nas fases anteriores, por exemplo, no tingimento de têxteis, nos processos da prova de encolhimento e resistência a vincos e no uso de pesticidas no cultivo do algodão. Pareceria mais lógico, para os códigos que lidam com estas fases de produção, que contenham mais exigências ambientais, do que para os códigos que lidam principalmente com o corte e a costura da fábrica. De qualquer modo, há, atualmente, um bom número de campanhas que combinam questões sociais e ambientais. Elas atuam junto com grupos ambientalistas e pressionam as empresas para que produzam certo percentual de seu vestuário, usando algodão biológico. Os sistemas de certificação que alguns grupos ambientalistas possuem, também lidam com algumas questões sociais. Em qualquer evento, é importante que todas essas organizações atuem conjuntamente e de forma coordenada.

[\(Voltar ao índice\)](#)

CONSUMO ENGAJADO. CONSUMO ÉTICO

*Foi pensando em estimular o “consumo engajado” que o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) acaba de lançar o **Guia de Responsabilidade Social para o Consumidor**, um livreto de 22 páginas com um painel sobre o movimento mundial de consumidores e sua articulação no Brasil. Em outros países, isso vem se chamando de “consumo ético”. No livreto, são apresentadas oito dicas de como um indivíduo pode exercer o chamado “consumo responsável”. O sítio do Idec é www.idec.org.br*

Vale conferir:

- Refletir sobre seus hábitos de consumo, reduzindo-o, quando possível;
- não desperdiçar;
- dar destinação correta ao resíduo ou ao produto pós-consumo;
- escolher marcas de empresas reconhecidas por suas práticas responsáveis e éticas;
- obter informações, por meio da mídia e das associações sociais, sobre os impactos sociais e ambientais da produção, do consumo e do pós-consumo de produtos e serviços;
- entrar em contato com o SAC das empresas por telefone ou por escrito, questionando sobre os impactos e pressionando pela adoção de práticas sustentáveis de produção e pós-consumo;
- procurar saber se a empresa tem um balanço social e solicitar informações a respeito;
- boicotar marcas de empresas envolvidas em casos de desrespeito à legislação trabalhista, ambiental e de consumo, por exemplo, consultando a lista de reclamações fundamentadas do Procon, a fim de saber como determinada empresa se comporta em relação ao consumidor;
- participar de associações de consumidores e apoiá-las;
- enunciar práticas contra o meio ambiente, contra as relações de consumo e de exploração do trabalho infantil às autoridades competentes.

DESTAQUES DA SEMANA

Memória

NICHOLAS GEORGESCU-ROEGEN - 1906-1984

*Nicholas Georgescu-Roegen, considerado o pai da economia ecológica, é o nome que destacamos na editoria Memória da presente edição, por ocasião dos 10 anos de sua morte. Para tanto, reproduzimos a reportagem de Cynthia Malta, publicada no jornal **Valor Econômico**, edição de 3, 4 e 5 de setembro de 2004, e o artigo de José Eli da Veiga, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, igualmente publicada na referida edição do Valor.*

UM MODELO ALTERNATIVO DE CRESCIMENTO

Economistas brasileiros, em especial os seguidores das idéias de Nicholas Georgescu-Roegen, considerado o pai da economia ecológica, não estão inclinados a seguir estritamente as idéias do mestre, que defendia o encolhimento da economia, em vez do seu crescimento, como único caminho possível a ser seguido pela humanidade⁶. Mas seus trabalhos originais - que cruzam conceitos de física e economia - servem de base para um interessante debate sobre qual o modelo de crescimento econômico ideal para o Brasil.

Não se trata de discutir metas de inflação ou câmbio flutuante. Mas de se considerar o manejo dos recursos naturais como fator importante do processo econômico ou "dos limites que a natureza impõe para o crescimento econômico", como observou a diretora da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Maria Tereza L. Fleury, na abertura do Seminário em Honra ao Professor Nicholas Georgescu-Roegen, organizado pela FEA/USP, a Unicamp e a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica.

A teoria econômica neoclássica - ou padrão, nas palavras de Georgescu - afirma, grosso modo, que as economias podem crescer, praticamente, rumo ao infinito, pois não há riscos irreversíveis. Para o professor de economia Ademar Romeiro, da Unicamp, "a economia neoclássica teria que abandonar esse conceito de que não existe perda irreversível". Ele cita o perigo do efeito estufa - o aumento da poluição atmosférica faz aumentar a temperatura da terra e pode provocar maremotos, furacões e grandes secas no planeta. "Quando começarmos a sentir seus efeitos, já será tarde demais", disse Romeiro, que preside a EcoEco e é chefe da unidade de monitoramento por satélite da Embrapa.

Ao contrário de Georgescu, Romeiro não vê gargalo por esgotamento na oferta de combustível fóssil (petróleo, por exemplo). O economista romeno, segundo Romeiro, "estava excessivamente preocupado com a escassez" e defendia que o carvão e o petróleo deveriam ser usados pela agricultura, e o resto da sociedade, apenas energia solar. "O avanço tecnológico pode resolver o problema da escassez, mas não resolve o problema da degradação ambiental", observou Romeiro.

O economista-chefe do banco ABN Amro no Brasil, Hugo Penteado, acha que é necessário "rever o conceito do crescimento infinito". Criticou a "mania do crescimento." Em suas projeções

⁶ Este debate foi tema de capa do **IHU On-Line** n.º 100, de 10 de maio de 2004. Ver especialmente as entrevistas de Serge Latouche e René Passet. (Nota do **IHU On-Line**).

de expansão para os Estados Unidos, por exemplo, Penteadado usa uma taxa média anual de 4%, para sempre. "E não só eu, mas Wall Street toda usa. Assim, quando há uma falha no crescimento, os mercados financeiros se abalam. E esse modelo impede qualquer discussão". No mercado financeiro, "o assunto ecologia é tabu e é o mercado financeiro que sustenta quase tudo à nossa volta."

A discussão é urgente, diz ele. O Brasil já destruiu 57% do cerrado e 17% da Floresta Amazônica (sendo que 80% dessa fatia transformou-se em deserto). Nos Estados Unidos, 50% dos rios e lagos estão poluídos e, no mundo, 75% das florestas temperadas foram eliminadas.

Romeiro observou que o debate não deve ser travado em torno de crescer menos ou mais. "A mania do crescimento é também positiva, pois só 20% da população na terra vivem em condições razoáveis e 80%, na pobreza ou extrema pobreza. O impasse é como crescer, levar boas condições de vida aos 80%, sem que se destrua o meio ambiente."

Georgescu, lembrou o professor da Universidade de Vanderbilt, Andrea Maneschi, não concordaria com essa visão. Ele discordou até de Herman Daly, seu fiel discípulo em Vanderbilt, que chegou a defender uma economia em estado estacionário. Para Georgescu, o único caminho seria o encolhimento, uma vez que os recursos naturais são limitados, e a população continua crescendo. Ele também não acreditava que um produto pudesse ser reciclado, voltar à sua forma original, e criticava o amplo uso de material descartável.

Para Robert Ayres, economista do Instituto Internacional de Análises de Sistemas Aplicados (uma organização não-governamental sediada em Viena e dedicada a estudos sobre economia e meio ambiente), Georgescu cometeu um erro teórico ao avaliar a reciclagem.

"Ele afirmava que a transformação da matéria provocava tal dispersão de energia que sua reciclagem era impossível. Mas isso está errado e Daly estava certo", disse Ayres, defensor do crescimento econômico sustentável. Ayres lembrou ainda que debater com Georgescu era impossível, já que ele não admitia discordâncias de suas teses.

O professor Clóvis Cavalcanti, da Fundação Joaquim Nabuco, do Recife, lembrou-se de ter assistido a duas palestras de Georgescu em São Paulo, quando estava cursando Pós-Graduação na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1964. "Mario Simonsen, que eu considero o economista mais inteligente que já conheci, fez duas perguntas a Georgescu. Ele não respondeu." Para o economista romeno, contou Cavalcanti, responder a perguntas que punham em dúvida coisas óbvias, como o fato de que existem limites para o crescimento econômico, era uma perda de tempo.

Seus admiradores e críticos prosseguem no debate.

ESCOLA NOS EUA ESTREITA PROGRAMA

A economia ecológica e as idéias de seu fundador, o economista Nicholas Georgescu-Roegen, não têm espaço no currículo das universidades americanas, nem mesmo em Vanderbilt, em Nashville, onde o polêmico professor ensinou por 27 anos. O curso de economia em Vanderbilt não traz a disciplina de bioeconomia (ou economia ecológica) há dois anos.

Não se trata de um caso isolado. A história do pensamento econômico, que deveria, pela lógica, ser disciplina obrigatória em qualquer faculdade de economia séria, não é facilmente encontrada nos programas de universidades americanas. "Os professores se aposentam, e as universidades não abrem mais vagas para a disciplina. Agora o foco está em econometria, teoria dos jogos, matemática e macroeconomia, em geral. E não há espaço, no currículo, para outros tipos de matérias", diz o professor Andrea Maneschi, da Universidade Vanderbilt, que ensina a história do pensamento econômico.

"Nos Estados Unidos, 95% dos alunos são treinados de uma só maneira. Eu não estou muito satisfeito com isso, mas é do jeito que é. Na vida real, o economista não conseguirá emprego

se não estudar nessas escolas, que ensinam dessa maneira", lamenta Maneschi, que vê maior pluralidade de idéias na Europa. "Europeus, me parecem, são mais heterodoxos. Há uma variedade de pensamentos, de escolas", diz ele.

GEORGESCU, O RABUGENTO PAI DA ECONOMIA ECOLÓGICA

A personalidade forte, a rabugice e o extremo rigor com que tratava seus alunos são lembrados até hoje, no meio acadêmico, quando o assunto é Nicholas Georgescu-Roegen, considerado o pai da economia ecológica. Um dos raríssimos alunos que conseguiram ser orientados por Georgescu em curso de pós-graduação foi o ex-presidente do Banco Central e consultor Ibrahim Eris.

"Ibrahim Eris era turco e foi chamado para prestar o serviço militar em seu país. E ele resolveu contar isso a Georgescu. Contou que precisava terminar a dissertação em seis meses para servir o exército. Foi isso que o salvou", conta o professor Andrea Maneschi, da Universidade Vanderbilt, em Nashville (EUA), onde Georgescu foi o professor de economia mais ilustre de seu tempo lá, de 1949 a 1976, quando se aposentou aos 70 anos. Maneschi foi colega de Georgescu em Vanderbilt por 24 anos.

"Georgescu era professor nato. Navegava por assuntos difíceis, mas sabia ensinar, explicar. Orientou poucas teses, pois era muito rigoroso. "Ele podia massacrar um aluno", lembra Charles Curt Mueller, professor de Economia do Meio Ambiente da Universidade Federal de Brasília (UNB) e aluno de Georgescu de 1968 a 1971.

Georgescu nasceu na Romênia, em 1906 e morreu em 1994, aos 88 anos, nos EUA. Mesmo dez anos após a sua morte, ele continua polêmico. É ignorado pelas universidades nos Estados Unidos, estudado e debatido na Europa e pouco conhecido no Brasil, onde sua extensa obra nunca foi traduzida.

Sua obra mais conhecida - ***A Lei da Entropia e o Processo Econômico***, de 1971 - mescla conceitos de física e economia. Ele dizia que todas as formas de energia gradualmente são transformadas em calor, pois o calor acaba se tornando tão difuso que o homem não pode mais utilizá-lo. Afirmava que o crescimento econômico moderno vinha sendo feito por meio da extração de carvão e petróleo e que um dia, no futuro, seria baseado em formas de exploração mais diretas da energia solar.

Georgescu declarava que o processo econômico obrigaria a humanidade a abandonar o crescimento e sua conclusão é de que será necessário encontrar uma via de desenvolvimento humano que possa ser compatível com a retração, isto é, com o decréscimo do produto. "Uma tese por demais inconveniente para a inevitável miopia do curto prazo", observa o professor titular da Faculdade de Economia da USP, José Eli da Veiga.

Georgescu nasceu pobre na cidade portuária de Constata, mas sua inteligência e dedicação aos estudos - matemática, no início - levou-o a uma bolsa na Sorbonne, em Paris, depois a Londres (para estudar estatística) e, mais tarde, aos EUA, onde conheceu o já famoso Joseph Schumpeter, que o inspirou a estudar economia, já nos anos 1930.

Ele poderia ter permanecido em Harvard, onde já era admirado, mas preferiu retornar a seu país, cujo governo havia financiado seus estudos em Paris e Londres. Ocupou vários cargos no governo de Bucareste, porém a instabilidade política, culminando com a Segunda Guerra Mundial e o controle do país pela União Soviética, levaram Georgescu a fugir com a mulher, Otilia, escondido num barco, para Istambul.

Voltou aos EUA e conseguiu trabalho em Harvard, como palestrante e pesquisador associado. Poderia ter continuado lá, mas decidiu deixar a famosa universidade do leste americano para instalar-se no interior do país.

"Devido a seu passado difícil na Romênia, a pobreza, duas guerras, talvez, ele tenha se sentido mais seguro com a oferta de um emprego em Vanderbilt e preferiu não esperar um cargo permanente em Harvard", diz Maneschi. A segunda teoria é de que em Nashville ele seria "o peixe grande no aquário pequeno." Maneschi lembra que, em Harvard, "havia muitos peixes grandes e que, em Vanderbilt, havia três ou quatro economistas importantes. E Georgescu era o maior".

O temperamento difícil, o rigor científico de seus trabalhos e a originalidade de suas idéias, em especial no final dos 1960 e início dos 1970, criaram uma mistura difícil de ser aceita pelos economistas "ortodoxos" da época. O Nobel Paul Samuelson - o primeiro economista americano a ganhar o prêmio - chegou a prefaciar um livro de Georgescu (***Economia Analítica***, de 1966) e cobri-lo de elogios, chamando-o de "o economista dos economistas". Dez anos mais tarde, Samuelson proibiu que seu manual pedagógico sobre economia fizesse referência a Georgescu.

Maneschi diz que esse elogio de Samuelson deu esperanças a Georgescu de que um dia ele também pudesse ser indicado para o Nobel. "Mas ele não era um político. E para ganhar um prêmio Nobel, você tem que, muitas vezes, atuar como um político, e ele não era. Ele era muito ruim em cultivar conexões".

Não ajudou o fato de Georgescu classificar de "economistas-padrão" os prêmios Nobel Samuelson e Robert M. Solow e todo aquele que não concordasse com suas opiniões.

"Os economistas, então, jogaram um manto de silêncio sobre Georgescu. Samuelson, por exemplo, não falou mais dele. Acabou sendo considerado um não-economista. Diziam que o que ele defendia não tinha a ver com economia. Ele morreu amargurado", diz o professor de economia da Unicamp, Ademar Romeiro, presidente da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica e chefe geral da Embrapa Monitoramento por Satélite.

Nem todos concordam com a visão de que Georgescu nunca foi indicado para o Nobel por sua falta de tato ou devido à originalidade de suas idéias. "Ele não ganhou o Nobel, pois estava errado. Ele errou, quando disse que era impossível reciclar produtos. É simples assim", diz Robert Ayres, economista do Instituto Internacional de Análises de Sistemas Aplicados.

DAI DONG, UMA SAIA-JUSTA PROFÉTICA NA ACADEMIA

Por José Eli da Veiga

Seria impossível fingir que Nicholas Georgescu-Roegen jamais existira. Por isso a esmagadora maioria dos economistas acadêmicos fez de tudo para que ele fosse, pura e simplesmente, esquecido ao longo das últimas décadas do Século XX. Nem tanto por sua longa pesquisa sobre a teoria do comportamento do consumidor (1935-1973), muito embora o principal resultado tenha sido demonstrar que a versão convencional (ou neoclássica) é empiricamente inaceitável, mas sim por teses posteriores de caráter evolucionista e recomendações sobre o que poderia ser um programa mínimo de "bioeconomia".

Enquanto, na primeira fase de sua carreira científica, ele era festejado por Paul Samuelson como "pioneiro da economia matemática", a partir de 1973, foi deliberadamente colocado na geladeira pelos mandarins da comunidade dos economistas americanos.

A punição foi explicitamente assumida em 1976, na décima edição do paradigmático manual pedagógico de Economia. Em meia dúzia de linhas - que foram suprimidas de edições mais recentes -, professores e estudantes eram advertidos sobre o banimento do autor de ***Analytical Economics***, uma obra que dez anos antes havia sido promovida por prefácio do próprio Samuelson. Georgescu não podia mais ser aceito, porque se embrenhara pela obscura ecologia, uma disciplina que alguns economistas continuam a achar tão estranha e suspeita

quanto a quimérica astrologia. Tal condenação refletia diretamente as inquietações provocadas pelo fato de defender a tese de que a economia certamente será absorvida pela ecologia. Isso não acontecerá, dizia Georgescu, enquanto os economistas puderem raciocinar apenas com prazos de uma ou duas gerações. Mas basta pensar na administração de recursos raros necessários à qualidade da vida de todas as próximas gerações para dar-se conta de que a economia atual só poderá ser considerada, um dia, como parte da ecologia.

Relato circunstanciado - além de muito sereno - desse traumático cisma científico está em artigo obituário de dois professores de cepa italiana - Andrea Maneschi e Stefano Zamagni⁷ - publicado quase três anos depois do falecimento de Georgescu, na edição de maio de 1997 do **The Economic Journal**. Há, contudo, um episódio singular desse processo de excomunhão que ajuda a dizer em poucas linhas qual foi a onça que ele tocou com vara curta.

Participando de assembléia da American Economic Association, realizada no final de seu encontro anual de 1973, solicitou que fosse transcrito, em ata, um texto intitulado *Rumo a uma Economia Humana*, que havia sido lançado dois meses antes, na Dinamarca, por um projeto do Fellowship of Reconciliation intitulado *Dai Dong*. Era um manifesto ambientalista, cujo conteúdo agora seria visto como moderado até pela folclórica convenção nova-iorquina, que os republicanos organizaram em prol da reeleição de George W. Bush. Propunha essencialmente que a confraria dos economistas saísse do isolamento em que se metera e assumisse seu papel na gestão do "lar Terra" (Earth home), juntando-se a cientistas e planejadores de todas as áreas do conhecimento, com o firme objetivo de garantir a sobrevivência da humanidade.

Hoje só pode parecer mentira que tal proposta tenha suscitado celeuma na reunião presidida por Kenneth J. Arrow. No entanto, a ata, publicada na edição de maio de 1974 da **The American Economic Review**, deixa claro que houve feroz manobra, para que a decisão final, sobre a conveniência de transcrever o *Dai Dong*, ficasse para arbítrio do secretário da associação... Por isso, esse panfleto, que acabou sendo publicado como apêndice, em letras de corpo mínimo, é um registro histórico do gigantesco desprezo que os economistas americanos nutriam pela renascente preocupação ambiental. O herege Georgescu, que ousava prognosticar o avesso - a absorção da economia pela ecologia - só podia ter sido mesmo uma vítima de tanta ignorância.

Trenta anos depois de tão sombrio acontecimento, e passados dez anos da morte de Georgescu, a atmosfera está sendo alterada com mais rapidez do que se poderia imaginar. Sua obra vem sendo seriamente resgatada em todos os continentes, principalmente nas páginas de duas revistas científicas - **Ecological Economics** e **Environment and Development Economics** - e em publicações, especialmente organizadas para exame sistemático de suas idéias, como são os casos do livro **Bioeconomics and Sustainability: Essais in honor of Nicholas Georgescu-Roegen**, organizado por Kozo Mayumi & John M. Gowdy (Ed. Edward Elgar, 1999) e do *Fórum Georgescu-Roegen versus Solow/Stiglitz*" (**Ecological Economics** 22, Special Issue, setembro 1997).

Não deve ser descartada sequer a hipótese de que lhe venha a ser concedido um prêmio Nobel *in memoriam*. É nesse embalo que se inscreve o modesto seminário em sua homenagem promovido pela FEA-USP. Evento que não teria sido possível sem o bem-vindo patrocínio da BM&F e do ABN Amro Bank, fato que, aliás, não deixa de ser um ótimo sinal dos tempos...

[\(Voltar ao índice\)](#)

⁷ Confira neste boletim a resenha do mais recente livro de S. Zamagni, na editoria Livro da Semana. (Nota do **IHU On-Line**).

Teologia Pública

O DIÁLOGO ENTRE CRENÇAS

Por Juan José Tamayo

O teólogo Juan José Tamayo fala, no artigo a seguir, da ética libertadora das religiões, sublinhando a importância do IV Parlamento das Religiões do Mundo⁸. Ele é diretor da Cadeira de Teologia e Ciências das Religiões Ignacio Ellacuría, da Universidade Carlos III, de Madrid, e membro do Conselho Assessor do IV Parlamento das Religiões. O artigo foi publicado no jornal **El País**, de 6 de setembro de 2004. A tradução é da equipe do **IHU On-Line**. De Tamayo, publicamos um artigo intitulado *Há razões para crer?*, no **IHU On-Line** no. 65, de 23 de junho de 2003. Os subtítulos são nossos.

O IV Parlamento das Religiões do Mundo, celebrado no Fórum Barcelona, constitui um marco na vida cultural e religiosa de nosso país, que tem uma larga história de religião e cultura únicas, expressa no aforismo teológico "fora da Igreja não há salvação" e na fórmula concordatária de 1953: "a religião católica, apostólica, romana segue sendo a única da nação espanhola". Acredito que o Parlamento superou o perigo que tinha de converter-se em um mercado de religiões, e foi realmente um encontro de religiões e culturas plurais em um clima de respeito e de diálogo. Serviu para confirmar a mudança de paradigma que se produziu na Espanha, com a passagem da religião única, majoritária ou, ao menos, privilegiada, ao pluralismo religioso, das guerras de religiões à convivência pacífica entre as distintas crenças e não-crenças. Já não é mais possível voltar para trás. "Vocês não podem fracassar" - dizia profeticamente o presidente da Generalitat, Pascual Maragall, aos parlamentares reunidos no Auditório do Fórum das Culturas-, "porque se vocês fracassarem, fracassamos todos". E tinha razão. Se os quase 5 bilhões de seres humanos, vinculados às religiões, ficam em pé de guerra são capazes de converter o mundo em um colosso em chamas. Mas não era esse o espírito das milhares de pessoas reunidas no Parlamento das Religiões, congregadas sob o lema "*Trilhas de paz: a arte de saber escutar, o poder do compromisso*".

Não podemos, porém, ficar na fácil apologética das religiões. É necessário manter uma atitude autocrítica e aceitar a crítica que vem de fora, porque não é ouro tudo o que reluz nelas. Há muita ostentação e não pouca perversão das mensagens originais dos fundadores. Remeto aos fatos: terrorismo e espiral de violência por motivações religiosas, fundamentalismo, dogmatismo, sexismo, intolerância, alianças com o poder, falta de democracia interna, transgressão dos direitos humanos, manipulação da palavra Deus, etc. A crítica da religião não é nova. Inicia-se com os profetas de Israel, continua com Epicuro e Demócrito, segue com Lucrécio e chega até nossos dias na mão dos lúcidos "mestres da suspeita", como chama certamente Paul Ricoeur, Marx, Nietzsche e Freud.

A ética é o lugar de encontro das religiões

Mas à crítica tem que acompanhar a proposta, a alternativa, que deve traduzir-se eticamente. A ética é o lugar de encontro entre as religiões, e mais concretamente entre as teologias da libertação e a teologia do diálogo inter-religioso, protagonistas no Parlamento das Religiões. As teologias da libertação, desenvolvidas no Terceiro Mundo e também em âmbitos de exclusão e marginalização do Primeiro Mundo, movem-se no horizonte da razão prática, e não no da razão

⁸ Sobre este evento, realizado em julho último, conferir o **IHU On-Line** n.º 109, de 2 de agosto de 2004, na editoria *Deu nos Jornais*.

pura. Por isso, seguindo Lévinas⁹, eu gosto de falar da ética como primeira teologia. Por sua vez, o diálogo inter-religioso não pode limitar-se a uma longa conversa depois da refeição, entre pessoas ociosas para falar do divino e do humano, passando pelos problemas sociais como se passa por brasas.

A ética neoliberal

Que modelo ético é o lugar de encontro entre as religiões e suas respectivas teologias? O modelo predominante, hoje, é a ética neoliberal, sustentada em um monoteísmo do mercado, excludente e não-solidário, com novas tábuas da lei que, me inspirando em Ricardo Petrella¹⁰, resumo nos seguintes preceitos:

1. Não podes resistir à globalização dos capitais, aos mercados, às finanças e às empresas.
2. Não podes resistir à inovação tecnológica. Deverás inovar para reduzir gastos e mão-de-obra e para melhorar os resultados.
3. Deverás liberalizar os mercados, renunciando à proteção das economias nacionais.
4. Transferirás todo o poder ao mercado, e as autoridades políticas se converterão em meras executoras das ordens do mercado.
5. Tenderás a eliminar qualquer forma de propriedade pública, deixando o governo da sociedade em mãos de empresas privadas.
6. Deverás chegar a ser o mais forte, se quiseres sobreviver à brutal competitividade atual.
7. Renunciarás a defender a justiça social, superstição estéril e a praticar o altruísmo, atitude quase irreligiosa, igualmente estéril.
8. Defenderás a liberdade individual como valor absoluto sem dimensão social alguma.
9. Defenderás a prioridade da economia sobre a ética e sobre a política.
10. Praticarás a religião do mercado com todos os seus rituais, seus livros sagrados, suas pessoas sagradas.

Uma ética libertadora

Esse modelo ético não é, nem pode ser, o horizonte das religiões. As distintas tradições espirituais compartilham uma ética libertadora, que resumo nos seguintes princípios ou imperativos:

1. Ética da liberação, em um mundo dominado por múltiplas opressões; imperativo moral: libera o pobre, o oprimido!
2. Ética da justiça, em um mundo estruturalmente injusto; imperativo moral: atua com justiça com teus semelhantes e trabalha na construção de uma ordem internacional justa!

⁹ Emmanuel Lévinas, filósofo e comentador talmúdico, nasceu em 1906, na Lituânia e faleceu em 1995, na França. Desde 1930 era naturalizado francês. Foi aluno de Husserl e conheceu Heidegger cuja obra **Ser e tempo**, de 1927, o influenciou muito. “A ética precede a ontologia” é uma frase que caracteriza o pensamento de Lévinas. Ele é autor do livro que o consagrou **Totalité et infini. Essai sur l'extériorité** que foi traduzido para o português com o título **Totalidade e Infinito**, Lisboa: Edições 70, 2000. No Brasil a Editora Perspectiva, publicou **Quatro leituras talmúdicas**, em 2003 e a Editora Vozes, **De Deus que vem a idéia**, em 2002. (Nota do **IHU On-Line**).

¹⁰ Riccardo Petrella, economista italiano, professor na Universidade Católica de Lovaina, Bélgica, esteve na Unisinos participando do Simpósio Internacional O Ensino Social da Igreja e a globalização, onde proferiu a conferência “A urgência de um contrato social mundial face aos desafios da mundialização atual: para além das lógicas bélicas, em setembro de 2001 e no Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal com a palestra “Água: o desafio do bem comum”. A primeira está publicada no livro OSOWSKI, Cecília & BICA DE MÉLO, José Luiz, **O Ensino Social da Igreja e a globalização**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002, p. 11-35 e a segunda no livro NEUTZLING, Inácio, **Água: Bem Público Universal**. São Leopoldo: Editora Unisinos. 2004, p. 9-31. (Nota do **IHU On-Line**).

3. Ética da gratuidade, em um mundo onde impera o negócio, o interesse, o benefício; imperativo moral: sê generoso! Tudo o que tens, recebeste de graça. Não faça negócio com o gratuito.
4. Ética da compaixão, em um mundo onde impera a insensibilidade para o sofrimento do homem e do meio ambiente; imperativo moral: sê compassivo! Tenha vísceras de misericórdia com os que sofrem!
5. Ética da alteridade, da acolhida e da hospitalidade para com os estrangeiros, os refugiados e os sem-documentos; imperativo moral: respeita e acolhe o outro como outro, como diferente! A diferença enriquece.
6. Ética da solidariedade, em um mundo onde impera a endogamia; imperativo moral: sê cidadão do mundo! Trabalha por um mundo onde caibam todos.
7. Ética comunitária fraterno-sororal, em um mundo patriarcal, onde predomina a discriminação de gênero; imperativo moral: colabora na construção de uma comunidade de homens e mulheres iguais, não-clonados.
8. Ética da paz, inseparável da justiça, em um mundo de violência, causada pela injustiça do sistema; imperativo moral: se queres a paz, trabalha pela paz e pela justiça mediante a não-violência ativa!
9. Ética de todas as vidas, dos seres humanos e da natureza, da vida dos pobres e oprimidos, constantemente ameaçada; imperativo moral: defende a vida de todo o ser vivente! Vive e ajuda a viver!
10. Ética da incompatibilidade entre Deus e o dinheiro, em um mundo que reúne a adoração à divindade e ao ouro do bezerro; imperativo moral: compartilha os bens! Sua acumulação gera o empobrecimento de quem vive a teu redor.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Artigos da Semana

MENDIGOS, ESSES SERES INVISÍVEIS

Por Luciana Lara

Publicamos o artigo com o título acima, de autoria da psicóloga e psicanalista Luciana Maccari Lara, a quem agradecemos o envio do texto. Graduada em Psicologia pela Unisinos, Lara cursou Psicanálise, no Núcleo de Estudos Sigmund Freud, em Porto Alegre, e é mestranda no PPG em Filosofia da Unisinos.

As notícias sobre moradores de rua assassinados em São Paulo colocam-se diante de nós como imensos pontos de interrogação. Buscamos, em vão, explicações num possível fanatismo ou loucura dos assassinos, no extermínio por comerciantes da região, incomodados com a repercussão negativa da presença dos mendigos em suas vendas, em dívidas de tráfico de drogas. Permanece, no entanto, o vazio imenso e angustiante de uma pergunta que não se contenta com os resultados da investigação. A fonte de nosso incômodo diante da barbárie é de outra ordem: que tipo de sociedade é capaz de produzir assassinos de mendigos? Antes disso: que tipo de sociedade é capaz de produzir mendigos?

Há alguns dias, um programa vespertino de televisão de grande audiência, convidou dois jovens atores para participarem de uma brincadeira, que consistia em vestir um uniforme de gari e sair à rua, a fim de verificar se seriam reconhecidos. Os rapazes, freqüentemente

reconhecidos e assediados pelos fãs, passaram absolutamente incógnitos pelas ruas do Rio de Janeiro e pelos corredores de um shopping na mesma cidade, sem que ninguém os reconhecesse. Mais do que isso: não eram sequer olhados. As pessoas passavam por eles como quem passa por um hidrante ou banco de praça. Eles estavam vestidos de garis: que dizer então dos mendigos?

Os moradores de rua talvez representem o que há de mais indefeso e desamparado em nossa sociedade. Não importa que alguns tenham escolhido viver assim: o simples fato de que a rua tenha se tornado a mais atrativa das opções já é suficiente para que tenhamos uma dimensão da precariedade e da miséria que os movem. Se a rua é melhor, imagine o resto. No entanto, as manifestações que mais freqüentemente escutamos a respeito dessas pessoas não dizem respeito à compaixão, indignação ou mesmo angústia por nossa impotência diante dos fatos. O que sentimos diante dos moradores de rua é, mais do que tudo, irritação, e por isso é que desviamos os olhos. Os mendigos são incômodos, irritantes, insuportáveis até.

De fato, não é fácil olhar para a manifestação escancarada das falhas da nossa sociedade, que não é competente o suficiente para incluir em si todos os seus integrantes. Que os mendigos são o resto dessa operação de subtração, estamos cansados de saber, assim como sabemos bem que nosso incômodo tem a ver com o desamparo a que eles nos remetem. Afinal, nunca se sabe onde estaremos amanhã...

O assustador é que este profundo incômodo com tudo o que diz respeito às falhas e limitações de nossa organização social parece estar produzindo, além dos mendigos, o meio de acabar com eles. Uns e outros, mendigos e exterminadores, saíram do meio de nós: nasceram em hospitais, estudaram em escolas, por um ano, ou dois, ou dez. Estiveram provavelmente em contato com a televisão. Tiveram pai e mãe. Leram ou ouviram notícias de crimes, passaram por mendigos na rua.

Viram, nos olhos das pessoas, o mesmo incômodo, a mesma irritação que todos nós vemos e sentimos. A única diferença é a posição que cada um foi tomando. Talvez seja hora de pensar em que posição estamos nós diante disso.

A VISÃO EUROPÉIA DO FUTURO ECLIPSA O SONHO AMERICANO

Por Jeremy Rifkin

*Traduzimos e reproduzimos este artigo, de autoria do economista e especialista em biotecnologia, Jeremy Rifkin, publicado no jornal **El País**, em 6 de setembro de 2004. Rifkin é considerado um “thinker”, denominação que se dá a pensadores que influenciam políticas governamentais. É presidente da Fundação sobre Tendências Econômicas de Washington, conselheiro da União Européia, consultor e autor de vários livros, entre eles **A economia do hidrogênio. A criação de uma nova fonte de energia e a redistribuição do poder na terra**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2003. É sobre a temática desse livro que versa uma entrevista que publicamos no **IHU On-Line** n.º 67, de 7 de julho de 2003.*

*Aliás, J. Rifkin é um autor assíduo nas páginas do **IHU On-Line**. Assim, de Jeremy Rifkin, publicamos também uma entrevista na edição número 51, de 17 de março de 2003, um artigo na 82ª edição, de 3 de novembro de 2003, outro artigo na 98ª edição, de 26 de abril de 2004, e mais outro na 103ª edição, de 31 de maio de 2004. Rifkin também é autor de vários livros sobre o impacto da ciência e da tecnologia na economia, na sociedade e no meio ambiente, como **O Fim dos Empregos** (1995); **O século da biotecnologia** (1999); e **A Era do Acesso** (2000); todos editados pela Makron Books, de São Paulo. Seu mais recente livro **O sonho europeu: como a visão européia do futuro está eclipsando o sonho americano**, lançado semana*

passada na Espanha, pelas Edições Paidós, é o tema do artigo que segue, um extrato do referido livro, escrito pelo autor. Os subtítulos são nossos.

O sonho americano

A questão dos valores saltou repentinamente para o centro do cenário em ambos os lados do Atlântico. Nos Estados Unidos, o presidente George W. Bush e o senador John Kerry debatem sobre questões tão variadas, como o matrimônio entre homossexuais e a investigação com células-tronco embrionárias. Em uma sociedade em que, nos últimos tempos, quase todos os valores se converteram em objeto de crítica e controvérsia, há um valor estadunidense que se mantém inalienável, não afetado pelas rixas partidárias e o escrutínio dos meios. Todos os políticos, independentemente de suas cores, apressam-se a elogiar o sonho americano, a idéia de que qualquer pessoa, independentemente das circunstâncias em que nasça, pode fazer com sua vida o que queira, a base de diligência, determinação e trabalho duro. O sonho americano segue sendo o mito mais perdurável dos Estados Unidos. É o cimento social que une o povo estadunidense pelas divisões étnicas e de classe, e que dá ao modo de vida deste país um propósito e uma direção comuns. A morte, em junho, do presidente Ronald Reagan sublinhou quão importante segue sendo o sonho americano para a psique nacional. As amostras de dor e os elogios que o ex-presidente recebeu de amigos e rivais foram uma comemoração tanto a esse sonho como ao homem que, na opinião de muitos, personificou o mais prezado de todos os valores do país.

O sonho europeu

O importante é que um terço dos estadunidenses, de acordo com uma sondagem recente em âmbito nacional, já nem sequer acreditam no sonho americano. Alguns perderam a fé, porque trabalharam duramente toda a sua vida para não encontrar mais que dificuldades e desespero ao final do caminho. Outros, entretanto, abandonaram-no ainda mais profundamente. Estão começando a questionar o sonho em si, alegando que os princípios que o sustentavam estão perdendo importância em um mundo cada vez mais interconectado e interdependente. Pela primeira vez, o sonho americano já não serve de ponto de encontro para todos os estadunidenses. Enquanto o sonho americano se vai desvanecendo, um novo sonho europeu está começando a captar a atenção e a imaginação dos habitantes de todas as partes. Esse sonho se codificou agora em forma de anteprojeto de Constituição européia. A Constituição proposta se converteu, por sua vez, em matéria de intenso debate em um momento em que os europeus estudam se ratificam ou não seus conteúdos e aceitam seus princípios básicos como valores centrais de uma nova Europa. Em muitos aspectos, o novo sonho europeu é o reflexo do antigo sonho americano. Mas, para os milhões de estadunidenses, que já não se identificam com ele, a visão de futuro européia possivelmente tenha maior ressonância; uma espécie de grande investimento, por assim dizer, pelo que ocorreu faz duzentos anos, quando milhões de europeus olhavam para os Estados Unidos em busca de uma nova ilusão para sua vida e para a posteridade.

Os EUA e os “Estados Unidos” da Europa

Vinte e cinco nações, que representam 455 milhões de pessoas, uniram-se para criar os “Estados Unidos” da Europa. Como os Estados Unidos da América, esta enorme entidade política está escorada em um mito próprio. Ainda que se encontre em sua adolescência, o sonho europeu é a primeira visão transnacional, muito mais apropriada para a seguinte fase da viagem humana. Os europeus estão começando a adotar uma nova consciência global que se estende mais à frente, e por baixo, das fronteiras de seus Estados nacionais, integrando-os

profundamente em um mundo cada vez mais interconectado. Os estadunidenses estão tão acostumados a considerar que seu país é o mais próspero do mundo que possivelmente os surpreendesse saber que, em muitos aspectos, já não é assim. Em poucas décadas, a União Européia cresceu até converter-se na terceira maior instituição governamental do mundo. Ainda que sua extensão seja igual à metade do território continental estadunidense, seu produto interno bruto, de 10,5 trilhões de dólares, eclipsa agora o PIB estadunidense, e a converte na maior economia mundial. A União Européia já é o principal exportador e o maior mercado comercial interno. Sessenta e uma das 140 maiores empresas da lista de 500 incluídas em *Global Fortune* são européias, enquanto apenas 50 são estadunidenses.

A superioridade da qualidade de vida

Entretanto, as comparações entre as duas grandes superpotências do mundo são ainda mais reveladoras no que diz respeito à qualidade de vida. Por exemplo, na União Européia, há aproximadamente 322 médicos por cada 100.000 habitantes, enquanto nos Estados Unidos há só 279. Os Estados Unidos ocupam o 26º lugar, entre os países industrializados, em mortalidade infantil, muito abaixo da média européia. A média de vida, nos 15 países mais desenvolvidos da EU, está agora em 78,2 anos, frente aos 76,9 anos dos Estados Unidos. Os meninos de 12 países europeus obtêm agora melhores pontuações em conhecimentos matemáticos que seus homólogos estadunidenses e, em oito países europeus, os superam em conhecimentos científicos. No que se refere à distribuição da riqueza - uma medida crucial em relação à capacidade de um país para cumprir sua promessa de prosperidade -, Estados Unidos ocupa 24º lugar entre os países industrializados. Os 18 países mais industrializados da UE apresentam menos desigualdade entre ricos e pobres. Agora há mais pobres vivendo nos Estados Unidos que nas 16 nações européias das quais se dispõe de dados. Os Estados Unidos são também um lugar mais perigoso para viver. Sua taxa de homicídios é quatro vezes maior que a da União Européia. E o que é ainda mais preocupante: as taxas de homicídios, suicídios e mortes relacionadas com as armas de fogo entre os meninos estadunidenses são superiores às de outros 25 países ricos, incluídos os 14 países europeus mais ricos. Ainda que os Estados Unidos hospedem só 4% da população mundial, contêm agora a quarta parte da população carcerária de todo o mundo. Enquanto os países membros da UE têm uma média de 87 presos por cada 100.000 habitantes, os Estados Unidos alcançam a impressionante proporção de 685 presos por cada 100.000 habitantes. Os europeus comentam freqüentemente que os estadunidenses "vivem para trabalhar", enquanto eles "trabalham para viver". O tempo médio de férias pagas na Europa é agora de seis semanas ao ano. Em contraste, o dos estadunidenses é de só duas semanas. À maioria dos estadunidenses também lhes impressionaria saber que o tempo médio de traslado para o trabalho, na Europa, é inferior a 19 minutos. Se considerarmos o que faz um povo grande e o que constitui um melhor modo de vida, Europa está começando a superar os Estados Unidos.

Autonomia e inserção. Pertença, não pertences!

O sonho europeu contrasta drasticamente com o americano sobretudo em relação à questão de definir o significado de liberdade pessoal. Para os estadunidenses, a liberdade está, há muito tempo, ligada à autonomia. Se formos autônomos, não dependemos de outros nem somos vulneráveis às circunstâncias que estão fora de nosso controle. Para sermos autônomos, precisamos ter propriedades. Quanto mais ricos formos, mais independentes somos no mundo. Somos livres, quando nos convertemos em auto-suficientes e em uma ilha em nós mesmos. Com a riqueza, chega a exclusividade, e a exclusividade traz segurança. Entretanto, o novo sonho europeu se apóia em diferentes idéias sobre o que constitui a liberdade e a segurança.

Para os europeus, a liberdade não se encontra na autonomia, senão na inserção. Ser livre é ter acesso a muitas relações interdependentes. Quanto mais comunidades podermos acessar, mais opções temos de levar uma vida plena e significativa. É a “inclusividade” que proporciona segurança: pertença, não pertences. O sonho americano insiste no crescimento econômico, a riqueza pessoal e a independência. O novo sonho europeu se centra mais no desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida e a interdependência. O sonho americano comemora a ética do trabalho. O europeu está mais ligado ao ócio e ao gozo profundo. O sonho americano é inseparável da herança religiosa e da profunda fé espiritual do país. O europeu é laico até a medula. O sonho americano depende da assimilação: associamos o êxito com a eliminação de nossos antigos laços étnicos para nos converter em agentes livres do grande crisol estadunidense. O sonho europeu, em troca, apoia-se na conservação da própria identidade cultural e em viver em um mundo multicultural. O sonho americano une-se ao amor ao país e ao patriotismo. O europeu é mais cosmopolita e menos territorial. Os estadunidenses estão mais dispostos a usar a força militar para proteger o que consideram juro vitais. Os europeus são mais resistentes a usar a força militar e, em troca, fomentam a diplomacia, a ajuda econômica e a assistência para evitar o conflito e as missões de paz para manter a ordem. Os estadunidenses tendem a pensar sob um ponto de vista local, enquanto as lealdades européias estão mais divididas e abrangem do local até o mundial. O sonho americano é profundamente pessoal e se preocupa pouco com resto da humanidade. O sonho europeu é de uma natureza mais expansiva e sistêmica e, por conseguinte, vai mais ligado ao bem-estar do planeta. Isso não quer dizer que a Europa se converteu, de repente, em uma utopia. Apesar de toda sua retórica sobre a conservação da identidade cultural, os europeus estão se tornando cada vez mais hostis para com os imigrantes e os refugiados políticos recém-chegados. O enfrentamento étnico e a intolerância religiosa seguem estalando em diversas zonas da Europa. O anti-semitismo está aumentando novamente, assim como a discriminação contra os muçulmanos e outras minorias religiosas. Ainda que os habitantes e os países europeus critiquem a hegemonia militar estadunidense e o que eles consideram uma política externa disposta a apertar o gatilho, estão mais que dispostos, quando se apresenta a ocasião, a deixar que as forças armadas estadunidenses protejam os interesses de segurança europeus. Além disso, tanto partidários como caluniadores afirmam que a maquinaria de governo da União Européia, com sede em Bruxelas, é um labirinto de papelada burocrática. Frequentemente se acusa a seus funcionários de distantes e de não responder às necessidades dos cidadãos europeus aos que supostamente servem. Entretanto, a questão não é se os europeus vivem ou não de acordo com seu sonho. Nós, os estadunidenses, nunca o fizemos. A questão é, na realidade, que a Europa forjou uma nova visão do futuro que difere da nossa em aspectos essenciais. Estas diferenças básicas são cruciais para compreender a dinâmica que começou a desatar-se entre as duas grandes superpotências do século XXI. Há 200 anos, os fundadores dos Estados Unidos criaram para a humanidade um novo sonho que transformou o mundo. Hoje, uma nova geração de europeus está criando um novo sonho radical, mais apto para enfrentarmos os desafios do mundo cada vez mais interconectado e globalizado do século XXI.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Entrevista da Semana

"O MERCADO PRECISA SER DOMESTICADO"

Entrevista com Robert Castel

O prestigioso intelectual francês Robert Castel diz que, para solucionar as flagrantes desigualdades em matéria de segurança social, não se pode prescindir do Estado regulador nem do mercado. Essa idéia está em uma entrevista com Castel, publicada no jornal *Clarín*, 4-9-04, por ocasião da tradução espanhola do último livro dele que é **A insegurança social. O que significa estar protegido?** Robert Castel, filósofo e sociólogo, é diretor de Estudos na *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (Paris). Participou junto com M. Foucault e com P. Bourdieu da criação da carreira de Sociologia em Paris. Pensador central da sociologia francesa atual, interessou-se, inicialmente, pela psiquiatria (publicou **A ordem psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Graal, 1978; e **O psicanalismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978). Hoje orienta seus estudos para a crise do Estado do bem-estar. Um clássico seu é o livro **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes. 1998.

Com um pé na sociologia e outro na filosofia, Robert Castel estudou o funcionamento das sociedades modernas. Seus primeiros trabalhos o localizam perto das problemáticas que, nos anos 1970, interessavam a seus colegas Michel Foucault e Gilles Deleuze, particularmente, a psiquiatria e a psicanálise. Mais recentemente, Castel dirigiu o olhar para outra grande problemática, que também interessou ao Foucault em seus últimos anos: a noção de risco. Neste marco, se inscreve seu último trabalho, **A insegurança social. O que significa estar protegido?**, que a Editora Manantial acaba de publicar na Argentina. Nele Castel aborda algumas das questões mais atuais e urgentes: a segurança, os novos riscos, a necessidade de novas proteções.

O ponto de partida do Castel é a distinção entre proteções civis (das pessoas, dos bens) e sociais (aposentadoria, seguros de saúde). Na sociedade pré-moderna, a segurança se apoiava nas relações de proximidade, como as comunidades camponesas ou as corporações. Com a modernidade, em troca, cada um é reconhecido por si mesmo, independentemente de sua pertença a um grupo. Entretanto, como o mostrou Thomas Hobbes no século XVII, uma sociedade de indivíduos não é propriamente uma sociedade. Sua situação se assemelha a essa guerra de todos contra todos que Hobbes chamou *estado de natureza*. Para pôr fim a estas lutas, é necessário criar o Estado. Este deve proteger seus habitantes, assegurar-lhes seus direitos individuais e liberá-los do medo e da insegurança. Uma sociedade de indivíduos só é possível em um Estado que os proteja.

O Estado, segundo Hobbes

O próprio Hobbes antecipou um das grandes paradoxos da segurança. A existência do Estado se justifica pela necessidade de brindar segurança, mas um Estado que persegue a segurança total se converte em um Estado absoluto. Exacerbada, a demanda de segurança pode pôr em risco a vida e os direitos dos indivíduos. Em um estado de direito, o Estado não pode ser protetor a qualquer preço. Um exemplo, segundo Castel, é a atual guerra contra o terrorismo.

Poucas décadas depois do Hobbes, John Locke viu esta dificuldade e refez os termos do problema, partindo do indivíduo como proprietário e atribuindo ao Estado a função de proteger a propriedade. O direito de propriedade, que, para o Locke, começa pelo próprio corpo, põe limites ao Estado. Os homens, afirma, submetem-se a um Estado para que lhes garanta a propriedade que dá segurança a suas vidas. Não é casual que o direito de propriedade se

converteu em um dos direitos humanos, incluído na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A propriedade. Um conceito antropológico

Devemos recordar, talvez, que a propriedade, especialmente em seu sentido moderno, não é nem originária nem exclusivamente um conceito econômico, senão antropológico. E o mesmo terá que afirmar sobre o conceito de mercado. Eles não foram elaborados para pensar primariamente uma economia de mercado, senão a sociedade, para encontrar um acordo entre liberdade e justiça. A afirmação da centralidade do mercado e da propriedade foi o caminho para superar o paradoxo hobbesiano.

A proteção social vinculada ao trabalho

Mas o direito de propriedade e a afirmação da centralidade do mercado não foram suficientes. Com as revoluções industriais e o crescimento da população, o Estado moderno teve que proteger todos os cidadãos, proprietários e não-proprietários. A solução não passou pela partilha da propriedade privada, e sim pela criação de proteções sociais. Assim se formou nossa atual sociedade de assalariados. Propriamente, não uma sociedade de iguais, mas de semelhantes, diferenciada e hierarquizada. O crescimento econômico e a inscrição dos indivíduos em novos coletivos protetores, como os sindicatos, fizeram possível esta transformação. Na medida em que as proteções sociais estão vinculadas, direta ou indiretamente, com o trabalho, a afirmação da centralidade deste último seguiu e complementou a afirmação da centralidade do mercado e da propriedade.

Processo de “descoletivização” e “reindividualização”

A partir daqui, podemos pensar em outro grande paradoxo da segurança. Sem as proteções sociais, que domesticam o mercado, resulta impossível garantir as liberdades civis e individuais. As proteções civis e as sociais não podem ser abordadas como duas esferas separadas e, muito menos, opostas. Em grande medida - diz Castel - só se poderá neutralizar o aumento da insegurança social se lhe dá, ou não, segurança no trabalho (aqui teria que se localizar o engano das políticas de tolerância zero).

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, os processos de regionalização política (a Comunidade Européia) e de globalização da economia conduziram a uma debilitação do Estado e, conseqüentemente, à crise do Estado - benfeitor. Por outro lado, o desemprego maciço também debilitou as organizações coletivas. Encontramo-nos, assim, com um processo de descoletivização e de reindividualização que confere à insegurança uma nova fisionomia. Agora, a menos que procuremos um retorno ao estado de natureza, o Estado não pode renunciar a garantir as proteções civis e sociais. Deve assegurar que os indivíduos disponham das condições sociais para sua independência. Trata-se, como vimos, de uma exigência inscrita no coração da modernidade político-social. Por outro lado, a menos que se persiga um retorno a um sistema pré-moderno de segurança, um sistema de relações feudais, o Estado também deve assegurar que os indivíduos possam dispor das condições sociais para sua independência por direito próprio. As relações clientelistas - diz Castel - procuram potentes sistemas de proteção, mas se pagam com uma profunda dependência de seus membros. Por isso, uma sociedade de semelhantes só pode fundar-se em uma cidadania social por direito.

Em seu livro, o senhor diz que fariam falta novos organismos internacionais para regular a globalização. Pode ampliar a idéia?

Sim. Acima de tudo, acredito que a globalização afeta, particularmente, os países em vias de desenvolvimento, mas não somente estes. Acredito que existe uma espécie de ausência de regulação, uma crise de regulação que atravessa todo o mundo, ainda que seja mais grave e mais dramática em países como a Argentina. Isso não significa que não seja grave para os países do Primeiro Mundo. A questão é internacional e afeta igualmente às sociedades da Europa ocidental. Se nos pusermos do lado da justiça, da justiça social, podemos, efetivamente, denunciar o caráter exorbitante das dívidas externas, a forma como são impostos os pagamentos por essas instâncias internacionais, como o IMF ou o Banco Mundial. Por isso, não penso nas instâncias internacionais como existem, que se interessam, em primeiro lugar, pela liberalização econômica. Seriam justamente instâncias internacionais, como trata de fazê-lo, de certo modo, a Organização Internacional do Trabalho, capazes de administrar os intercâmbios internacionais, respeitando as exigências ecológicas e sociais da escala planetária. Mas, no estado atual, é um pouco utópico, sem dúvida prematuro.

Poderia objetar-lhe que criar novas regulações e fortalecer o Estado encarecerá o trabalho, criará mais desocupação e, finalmente, mais insegurança.

O Estado já não é o Estado que dominava os parâmetros de sua economia, como até os anos 1970, entretanto constitui, ainda, um limite contra o que Karl Polanyi¹¹ denomina a promoção do mercado auto-regulado, quer dizer, uma hegemonia total do mercado que só obedeceria às suas próprias exigências. É certo que assistimos a uma debilitação do papel regulador do Estado e por isso o Estado já não é a instância virtualmente única de fontes de proteção, de direitos sociais como pôde sê-lo na Europa Ocidental, depois da Segunda Guerra Mundial. Mas acredito que há um raciocínio perverso, em última instância: o raciocínio liberal segundo o qual as regulações sociais, os direitos sociais, a proteção social são unicamente obstáculos em relação à livre competência. É certo que põem freios à competição, mas por detrás está a questão do modelo de sociedade e do lugar que se concede ao mercado. Não compartilho, entretanto, com as posições do Toni Negri¹² e outros. O compromisso entre regulação e mercado é mais do que difícil, mas é a posição que deve ser defendida; inclusive contra certas posições de esquerda. De certo modo, parece-me que terá que aceitar o mercado. Não podemos pensar a sociedade contemporânea e a sociedade do amanhã sem uma forte presença do mercado. Parece-me que fazer de conta que o mercado não existe é uma má utopia. Não se pode acreditar que vai eliminá-lo com um golpe de varinha mágica ou um golpe de varinha revolucionária. Não é algo que seja possível ou que se possa contemplar na conjuntura atual. O mercado existe e tem aspectos positivos. A produção de riqueza não é um mal, mas justamente o contrário. A questão é a limitação, a restrição ou certa domesticação do mercado. Concordo com Karl Polany. Ainda que seu livro (*A grande transformação*, 1944) seja um pouco velho, acredito que ele analisou bem o problema.

Não encontrei em seu livro uma análise da relação entre a degradação do indivíduo por causa da insegurança e uma estigmatização de toda a sociedade, que você estudou em outros textos.

Seria uma prolongação absolutamente possível da análise. Falei do *status* do indivíduo e de sua degradação, porque acredito que se pode dizer isso, inclusive independentemente da psiquiatria. A insegurança social mina, fragiliza e, às vezes, destrói o *status* do indivíduo

¹¹ POLANYI, Karl, *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus. 2000 (2ª ed.) (Nota do *IHU On-Line*)

¹² Antonio Negri, juntamente com M. Hardt, é autor do livro *Império*. São Paulo: Record, 2001. (Nota do *IHU On-Line*)

impedindo-o de ter um mínimo de independência social. Gera patologias e submissão à psiquiatria; com o risco de trazer de volta casos psiquiátricos, problemas cuja origem é, acima de tudo, social.

Apesar dos múltiplos elos entre nossos países, não vemos, de parte da França, iniciativas como as que encontramos, por exemplo na Inglaterra, para apoiar a posição argentina sobre a dívida e sua renegociação.

Lamento-o e me parece, inclusive, que o que se chamou de crise argentina, faz dois anos, comoveu aqui muita gente. É um exemplo limite dos processos de degradação em um país que tinha muita proximidade com os países da Europa. Ao menos eu o senti dolorosamente, mas não sou o único. Dito isso, a pergunta que você faz e que é política: por que a França — ou seja, o governo francês — não dá suficiente importância a esta questão? Acredito que a questão se apresenta. Pessoalmente, lamento-o; também penso que se podem fazer muitas recriminações à forma como se dirige a política, atualmente, na França.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Livro da Semana

A ECONOMIA E A FELICIDADE PÚBLICA

***Economia civile. Efficienza, equità, felicità pubblica.* Bologna: Il Mulino, 2004. 325p.**

*Reproduzimos, a seguir, um artigo de autoria de Luigi Cavallaro¹³, sobre o livro **Economia civile. Efficienza, equità, felicità pubblica**, Bologna: Il Mulino, 2004, escrito por Luigino Bruni e por Stefano Zamagni. O artigo foi publicado no jornal italiano **Il Manifesto**, em 14 de agosto de 2004. A tradução e os subtítulos são do **IHU On-Line**. Stefano Zamagni é professor de economia política na Universidade de Bologna, na Itália, na Johns Hopkins University, e professor de história do pensamento econômico na Universidade Bocconi, de Milão. É reconhecido como um dos mais importantes economistas italianos na atualidade, sendo considerado o pai da economia civil italiana. Foi um dos promotores do primeiro curso universitário sobre economia da cooperação, que funciona na faculdade de economia da Universidade de Bologna. Luigino Bruni é pesquisador de economia na Università di Milano Bicocca.*

A globalização colocou em crise o modelo, no qual as empresas produzem, e, depois, o estado redistribui, segundo critérios de equidade. Agora o desafio é o de elaborar uma ordem teórica que inclua atividades econômicas, políticas redistributivas e o princípio de reciprocidade que caracteriza a ação coletiva, sem deslizar para a perspectiva do “capitalismo filantrópico” ou do “Estado benevolente (paternalista)”.

Na análise dos dois estudiosos, as tecnologias liberam tempo de trabalho que pode alimentar a produção de bens relacionais e de um elo social baseado na cooperação, em vista da satisfação de necessidades que não encontram resposta no mercado. Mas, a sua proposta

¹³ Luigi Cavallaro é especialista em economia política, publicou vários ensaios e artigos em revistas e jornais, ocupando-se, principalmente de temas de história do pensamento econômico, macroeconomia e economia política. (Nota do **IHU On-Line**).

esquece que a condição preliminar de uma ação “voluntária” é um programa de plena ocupação.

Eficiência das empresas versus equidade do Estado

Este livro – escrevem Luigino Bruni e Stefano Zamagni no prefácio do livro *Economia civile. Efficienza, equità, felicità pubblica (Economia civil. Eficiência, equidade, felicidade pública)* – nasce de uma insatisfação e de uma dúvida. A insatisfação é pela desproporção entre a realidade em contínua evolução das organizações da sociedade civil (de tempos em tempos, indicadas como terceiro setor, setor privado social, setor não lucrativo, economia social) e a reflexão da teoria econômica sobre ela. A dúvida é se a lacuna deve a sua razão de ser à infra-estrutura teórica que até aqui serviu de base à *economics*, uma infra-estrutura que vê a ordem social, fundada sobre duas instituições basilares: o mercado, entendido como lugar no qual os indivíduos *uti singoli* [como singulares] perseguem os seus interesses privados, e o Estado, entendido como detentor monopolista da ação coletiva (isto é, da ação política). De fato, explicam Bruni e Zamagni, esta infra-estrutura hoje não funciona mais. Seja que se considere a extensão dos mercados como a solução a todos os males sociais, seja que, opostamente, se retenha a empresa como um agente anti-social, do qual nós deveríamos proteger-nos, a globalização colocou em crise o modelo sobre o qual se construíra aquele paradigma (primeiro as empresas produzem, segundo uma ótica de eficiência, depois o Estado redistribui, segundo critérios de equidade): em primeiro lugar, porque ficou mais fraca a cadeia estado-território-riqueza, em segundo lugar, porque, se o mercado continua sendo exclusivamente o lugar da troca instrumental, serão excluídas as outras formas de relação humana que ainda são necessárias à sua própria existência, como a confiança e a propensão a cooperar (e a não falhar).

Economia civil, uma iniciativa humanista

O desafio é, pois, aquele de produzir uma ordem teórica e social que consiga manter unidos os três diversos princípios da troca de equivalentes (sobre a qual é construído o comércio mercantil), de redistribuição (sobre a qual é construída a ação estatal e de reciprocidade (que inspira o agir comunitário nos âmbitos nos quais ele até aqui encontrou explicação, a começar pela família). E é para este fim que Bruni e Zamagni – convencidos que o agir econômico não pode ainda permanecer imune da contaminação com os princípios de reciprocidade, sob pena do deslizamento para a perspectiva não mais praticável do “Estado benevolente”, ou a outra, certamente não desejável, do “capitalismo filantrópico” – propõem um interessante *détour* [viravolta] teórico para a tradição da “economia civil”, elaborada pelos humanistas italianos entre os séculos XV e XVIII e que vê nas *Lezioni di economia civile* de Antonio Genovesi (1765-67) o seu momento mais alto, antes de ser “submersa e esquecida” (poder-se-ia dizer com Sraffa¹⁴) com o advento do marginalismo: é aqui, nesta tradição, que eles, de fato, trazem de volta os instrumentos conceituais para poder pensar o agir econômico de modo não-separado com respeito aos pressupostos de seu próprio explicar-se; é aqui, sobretudo, que eles encontram aquela concessão da sociabilidade baseada na “reciprocidade”, que é essencial para o prosseguimento *de modo econômico* da “felicidade pública”.

¹⁴ Piero Sraffa, 1898-1983, economista italiano, marxista, amigo de Antonio Gramsci, foi levado por Keynes a Cambridge nos anos 1920. Sua crítica da teoria de Marshall influi em muitos economistas, entre eles a economista Joan Robinson. Piero Sraffa é considerado um dos gigantes da economia do século XX. Entre suas obras citamos “Sulle relazioni fra costo e quantità prodotta” de 1925 e “The Laws of Returns under Competitive Conditions” de 1926. (Nota do *IHU On-Line*)

Dar emprego a todos é uma perigosa mentira

O nó central do raciocínio dos dois economistas é invencível na consideração (sumamente compartilhável), segundo a qual, “o desemprego de hoje é a conseqüência de uma organização social incapaz de articular-se de modo mais adaptado para valorizar os recursos humanos à disposição”. As novas tecnologias da informação e da comunicação, escrevem Bruni e Zamagni, “liberam tempo social do processo produtivo”, mas este tempo liberado do trabalho não consegue enquadrar-se de forma socialmente útil, porque não consegue encontrar-se com estas necessidades “que não transitam pelo mercado de trabalho” (Giorgio Lunghini¹⁵ nos lembra com freqüência que esta é de fato a “cruz da sociedade capitalista”: de um lado, um vasto desemprego, do outro uma grande massa de necessidades sociais insatisfeitas). Em conseqüência, caso se queira evitar a busca da inatingível utopia – ou pior, escrevem Bruni e Zamagni, a “perigosa mentira” – de considerar possível “dar hoje um trabalho a todos sob forma de emprego, isto é, de lugar de trabalho assalariado”, ocorre “intervir no horizonte que até agora manteve separada a esfera do trabalho como lugar de trabalho, da esfera das outras atividades laborais e isso no sentido de favorecer a ampliação da segunda esfera com respeito à primeira”. Dito de outra forma, trata-se de entender que a transição em curso é comparável àquela que vivenciou a nossa sociedade na passagem da economia agrária para a industrial: assim como, por efeito dos incrementos de produtividade do trabalho agrícola, o setor primário viu reduzir-se grandemente, seja o percentual dos ocupados, como a própria contribuição para o Produto Interno Bruto – PIB -, sem que se tenham reduzido as provisões alimentares à nossa disposição, da mesma forma hoje é preciso evitar que os incrementos de produtividade do trabalho industrial se traduzam em desemprego e/ou sub-remuneração, ou então, em uma simples redistribuição do trabalho por meio de medidas de redução do horário e dos tempos de trabalho: “A primeira via é eticamente inaceitável, a segunda é todavia insuficiente”, numa perspectiva de felicidade pública.

A passagem do ‘welfare state’ ao ‘welfare society’

Disso emerge a proposta: “enquadrar o trabalho ‘liberado’ do setor privado da economia para atividades que produzam aqueles bens que o mercado privado, por sua própria natureza, não está em condições ou não terá mais interesse de produzir” – bens relacionais, bens de mérito, algumas tipologias de bens públicos, bens de uso coletivo, aos quais “não é pensável aplicar a lógica da troca de equivalentes” – de modo a permitir a transição de um *welfare* “estatal” a um “civil”, nos quais, então, as organizações da sociedade civil possam “tornar-se parceiros ativos no processo de programação das intervenções e na adoção das conseqüentes escolhas estratégicas”, sendo este o pressuposto fundamental, para que se supere aquela auto-referencialidade da oferta que constitui uma contribuição, que não se elimina, de todo *welfare* “paternalista”, e por causa de sua insensibilidade às “biografias” dos consumidores, um motivo não secundário de crise da forma estatal da economia do bem-estar.

A perspectiva delineada por Bruni e Zamagni é fascinante e por muitos aspectos compartilháveis. Há, no entanto, um ponto crítico na proposta deles, que continuamente aparece e desaparece entre as pregas da argumentação e que, vice-versa, convém trazer o mais possível para a luz, de modo a evitar perigosos mal-entendidos.

¹⁵ Giorgio Lunghini é professor de Economia política na Università di Pavia. É autor de vários livros, entre os quais se destaca a organização do **Dizionario di economia politica** (1982-1990), publicado pela Editora Bollati Boringhieri. (Nota do *IHU On-Line*).

Ação voluntária: uma ótica de reciprocidade

Para entender do que se trata, pode ser útil recordar que uma perspectiva muito semelhante àquela sustentada pelos dois economistas foi recomendada pelo Lord Beveridge¹⁶ numa relação publicada em 1948 (depois de *Social Insurance and Allied Services*, de 1942 e *Full employment in a Free Society*, de 1944), com o significativo título *Voluntary Action*. Também esta se move, pela convicção de que “há algumas coisas [...] que freqüentemente não podem ser compradas com dinheiro”, isto é, que não podem estar subjacentes a uma lógica de tipo mercantil, “mas devem ser aceitas pelo senso do dever, isto é, numa ótica de reciprocidade: a solidão dos anciãos, o sofrimento psíquico dos enfermos (e seguramente o sofrimento dos doentes psíquicos) ou o mal-estar dos menores privados de um ambiente sereno no qual possam crescer, são coisas as quais não é possível remediar nem com a redistribuição de dinheiro”, nem prestando serviços públicos de assistência, nos quais se trabalha ou faz em troca de uma retribuição: o trabalho do cuidado, escreve Beveridge, “deve ser livre de mostrar que rende e não pode obedecer às ordens”; “ocorrem especiais interesses e simpatias”.

O mesmo se deve dizer para esta nova necessidade trazida pela chegada da democracia política. “A democracia, para sobreviver, não pode permitir-se permanecer ignorante”, escreve Beveridge, e isso requer não só que haja organizações às quais os cidadãos possam solicitar informações e conselhos acerca de seus direitos e deveres, mas sobretudo que possa haver lugares nos quais elas possam encontrar-se, ensinar, aprender, e fazer tudo o que constitui a vida civil”.

Os limites do trabalho assalariado

Não é, pois, um trabalho assalariado que pode satisfazer necessidades como aquelas recém-evocadas: a ação orientada para eles deve ser *livre* (ou seja, voluntária), porque só assim o bem ou serviço que é seu objeto pode representar um bem (ou serviço) *relacional*, isto é, que satisfaça simultaneamente uma necessidade de quem cumpre a ação, quanto daquele que é o destinatário. Isso obviamente postula que, quem se empenha na ação voluntária obtenha *da outra parte* os meios dos quais necessita para viver diversamente, o seu trabalho (entende-se, se voltado às dependências de uma empresa privada) tornar-se-ia assalariado e o produto do seu trabalho adquiriria necessariamente forma de mercadoria. E uma simples extensão das leis de Gresham mostra que as “más” (isto é, interessadas) motivações da troca mercantil afastariam com o tempo aquelas “boas” (isto é, não interesseiras).

Só pode haver ação voluntária numa sociedade emancipada

Entende-se, então, o nexos estreitíssimo que Beveridge, concluindo *Voluntary Action*, institui entre a última relação e as duas precedentes, nas quais, respectivamente, havia desenhado o programa de seguros sociais necessário para libertar a sociedade da necessidade e individuado os pressupostos para o pleno emprego: a ação voluntária pode nascer unicamente numa sociedade emancipada das necessidades materiais e na qual a ocupação disponível seja repartida de modo a evitar que, quem trabalha, trabalhe demais e quem não trabalha, de fato não trabalhe. E no que concerne a este último pressuposto, Beveridge é drástico. “O Estado só pode assegurar que em todos os tempos as necessidades insatisfeitas se transformem em

¹⁶ Lord William Henry Beveridge (1879-1963) é autor do famoso **Beveridge Report**, oficialmente chamado **Social Insurance and Allied Service Report** de 1942 que foi a base da legislação da reforma social do governo trabalhista inglês de 1945-1951, advogando o pleno emprego. Assim que, em 1944, publicou o livro **The Economics of Full Employment**. É autor também do **Voluntary Action** de 1948, defendendo o papel do setor privado na provisão do estado de bem-estar social. Ele foi muito influenciado pelos socialistas fabianos. (Nota do *IHU On-Line*)

poder de aquisição e o modo de transformá-las em efetiva demanda de mercadorias e de serviços”, já que “o Estado é ou pode ser dono do dinheiro, enquanto numa economia capitalista todos os indivíduos são controlados pelo dinheiro”.

O pleno emprego e a redução da jornada de trabalho

Existe, pois, um programa para o pleno emprego por trás da possibilidade de uma ação voluntária, um programa do qual o Estado é sempre garantia, seja embora na forma da “socialização da demanda”, antes que da “socialização da produção”. E é precisamente este o ponto sobre o qual a proposta de Bruni e Zamagni não aparece (pelo menos para quem escreve esta resenha) plenamente clara. Se tudo o que até aqui foi observado, for verdadeiro, as organizações da sociedade civil poderão responder àquela demanda de sentido, que é constitutiva da nossa felicidade pública, somente na medida em que serão povoadas por mulheres e homens que a elas se dediquem conscientemente, para dizê-lo com Keynes, que o fazer para os outros não perde significado só porque não é mais um fazer para o nosso proveito econômico; o que, por sua vez, pressupõe uma estratégia de política econômica, voltada à redistribuição do emprego mediante a redução generalizada das horas de trabalho, de modo que o tempo social tornado disponível pelo desenvolvimento da produtividade industrial, que agora se expressa na forma de desemprego, possa “espontaneamente” canalizar-se para elas.

O caminho para o *welfare society*, em outras palavras, não pode ser aquele – para o qual, ao invés, Bruni e Zamagni induzem – dos assim chamados “mercados de qualidade social”, nos quais “o ente público financia [...] o portador de necessidades”, procede a “acertar, de modo preventivo, a real capacidade dos sujeitos de oferta a fornecer as prestações nas quais estes estão interessados e deixa aberta a “competição entre sujeitos de oferta dos serviços à pessoa”: o risco é que, procedendo assim, as organizações da sociedade civil aprofundem algumas de suas discutíveis características de hoje em dia, que induzem alguns a manter empresas capitalistas *tout court* e muitos a suspeitar que elas sejam um cavalo de Tróia para minar os fundamentos do *welfare state*. Apesar de todas as melhores intenções, que – como se sabe – pavimentam as estradas do inferno.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Análise de Conjuntura

A ARGENTINA E O FMI. A ALTERAÇÃO DAS REGRAS DO JOGO EM QUESTÃO.

*A dura negociação da dívida externa do governo argentino, liderado pelo presidente Kirchner e o ministro Lavagna, com o FMI e demais credores internacionais, é um exemplo importante para outros países, grandes devedores, de peso, segundo Rubens Ricupero, secretário-geral da Unctad. Para ele, “o que torna o exemplo argentino importante para todos é que, pela primeira vez, um país de peso busca, com competência, utilizar sua condição de grande devedor para alterar as regras do jogo”. Segundo Rubens Ricupero, “a mudança se baseia em princípio de indiscutível equidade: se o FMI e os credores partilham a responsabilidade dos erros que levaram à crise, devem igualmente participar da redistribuição de seus custos. Estes não podem recair exclusivamente sobre o povo argentino, que já vem pagando preço incalculável em vidas, sofrimentos e privações. Trata-se, por conseguinte, de causa de dupla justificativa moral”. A pertinente análise foi publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, 12-9-04, sob o título “Mudar a lógica e o custo social da dívida”. Rubens Ricupero, foi entrevistado pelo **IHU On-Line**, na 103ª edição, de 31 de maio de 2004, por ocasião da sua estadia aqui na Unisinos, quando proferiu a conferência inaugural do Simpósio Internacional O Lugar da*

teologia na universidade do século XXI no dia 24 de maio de 2004. Eis o artigo para ser lido e discutido. Os subtítulos são nossos.

“São duas as principais lições da renegociação da dívida argentina: 1ª) é possível mudar a lógica da negociação; 2ª) assim fazendo, o custo do ajuste passa a ser mais equitativo, não recaindo apenas sobre os pobres e vulneráveis.

Se o governo de Buenos Aires sair vitorioso dessa luta desigual, será precedente de valor inestimável para bem e para menos bem. Para bem, em relação aos que tiveram a coragem de segui-lo, poupando suas populações e economias do peso esmagador de política injusta e insustentável. Para menos bem, porque os outros não poderão mais esconder-se atrás da desculpa de que não existe nenhuma alternativa viável.

A lógica da negociação foi alterada porque se parte agora do montante que se pode pagar aos credores sem afetar o crescimento, nível estimado em 3% do PIB. Sobre essa base é que se calculam quais deveriam ser a redução do principal e dos juros da dívida e o reescalonamento dos prazos. Ao inverter a lógica, inverte-se, ao mesmo tempo, a seqüência de objetivos: o fortalecimento do Orçamento e um eventual retorno ao mercado internacional de capitais serão as conseqüências, não as premissas do crescimento sustentável, o qual não deve ser abortado por restrições prematuras.

Aumentar o superávit primário seria desastroso

Entre as medidas restritivas a evitar, as mais desastrosas seriam aumentar o superávit primário, apenas para que os credores se apropriem do aumento, e valorizar a moeda, para favorecer a esses últimos. Não é de admirar, portanto, que ambas as medidas sejam insistentemente reclamadas pelos credores e seus governos. Mais surpreendente é que o FMI também as advogue, motivado por excesso de otimismo acerca do vigor da recuperação econômica e da duvidosa perspectiva de que persistem indefinidamente as condições externas propícias. É verdade que impressionam os números anuais ou semestrais da expansão. No entanto, as cifras do segundo trimestre de 2004 pareceriam indicar que o crescimento já teria atingido o seu pico, embora o governo atribua o relativo estancamento ao gargalo de energia e a outras dificuldades superadas posteriormente. O problema é, assim, de renovar o impulso da expansão econômica, utilizando o consumo interno para compensar a desaceleração do estímulo proporcionado, no início da recuperação, pelas exportações.

O que fortaleceu a mão do FMI e dos credores foi não só o crescimento inesperado, após colapso sem precedentes. Um fator adicional tem sido o êxito em gerar saldo orçamentário primário acima da meta de 3%. Aqui também as aparências podem enganar, se não se atentar à causa do sucesso, provocado basicamente pelo desempenho exportador e pela contenção dos salários do setor público. No primeiro caso, as taxas sobre a exportação, que eram menos de 0,10% em 2000-2001, saltaram para 14% em 2002 e 18% em 2003, com reforço adicional das taxas sobre energia. Por sua vez, os salários públicos (30% do total) só tiveram ajuste de 10%, contra deterioração de quase 50% no índice de preços, situação insustentável a longo prazo.

A cautela do governo se justifica pela análise do comércio exterior. A melhoria no setor se deve, primordialmente, ao aumento dos preços das exportações, muito mais do que às quantidades embarcadas, mais ou menos as mesmas desde o início de 2002, ao passo que as importações estão crescendo. Ora, as autoridades não exercem nenhum controle sobre os preços das exportações, dependentes de mercados externos que, em produtos decisivos como a soja, estão hoje em baixa.

Recuperação do poder aquisitivo dos das vítimas da crise

Diante dessas incertezas, compreende-se que a Argentina não deseje precocemente assumir compromisso, que se revele impossível de cumprir, para aumentar o excedente primário. Os argentinos, acusados de imprudência e temeridade no passado recente, aprenderam as lições da crise, enquanto os funcionários dos organismos financeiros internacionais dão a impressão de que nada aprenderam e nada esqueceram. Exigir, em tais condições, que Buenos Aires aumente o saldo, a fim de pagar mais aos credores, é como obrigar paciente recém-saído da UTI a correr a maratona para, se ganhar, entregar o ouro ao patrocinador!

Ainda mais quando o superávit é não só incerto como indispensável para investir na solução dos estrangulamentos de energia, infra-estrutura e, acima de tudo, na recuperação do poder aquisitivo das maiores vítimas da crise: os aposentados, os desempregados, os assalariados do setor público. É essa a correta prioridade do presidente Kirchner e do ministro Lavagna: reajustar os salários e compensações sociais para, desse modo, dar ao crescimento a base mais sólida do consumo e da demanda internas, não de aleatórios preços internacionais. Apesar disso, o governo já melhorou significativamente a oferta inicial aos credores, equivalente agora a US\$ 0,25 de cada dólar devido. Como, no mercado secundário, a cotação dos títulos argentinos oscila de US\$ 0,30 a US\$ 0,40, não se está tão longe de uma solução de mercado. Ir muito além seria inviável, segundo as autoridades, porque o FMI resolveu fazer da Argentina a cobaia de uma nova experiência: a de não emprestar a países em "default", a fim de não estimular o chamado "risco moral", que induziria os credores a acreditar que serão sempre salvos no último momento pela cavalaria do Fundo. A consequência é que o país tem de continuar a pagar ao FMI, ao Banco Mundial, ao BID, havendo já desembolsado mais de US\$ 8 bilhões líquidos, desde 2002. Dispondo de um só bolso de onde saem todos os pagamentos, tanto aos organismos oficiais quanto aos credores privados, o governo não pode privilegiar os primeiros sem afetar os últimos.

Causa de dupla justificativa moral

O que torna o exemplo argentino importante para todos é que, pela primeira vez, um país de peso busca, com competência, utilizar sua condição de grande devedor para alterar as regras do jogo. A mudança se baseia em princípio de indiscutível equidade: se o FMI e os credores partilham a responsabilidade dos erros que levaram à crise, devem igualmente participar da redistribuição de seus custos. Estes não podem recair exclusivamente sobre o povo argentino, que já vem pagando preço incalculável em vidas, sofrimentos e privações. Trata-se, por conseguinte, de causa de dupla justificativa moral. Tal aspecto, acima de qualquer consideração de interesse ou cálculo, basta para fazer desse bom combate a causa comum de todos os que crêem na possibilidade de reformar as relações financeiras e econômicas no sentido da equidade e da opção preferencial pelos mais pobres.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Frases da semana

Argentina e o FMI

"Nem pense, nem sonhe com isso". - Néstor Kirchner, presidente da Argentina respondendo à proposta feita por Rodrigo Rato, diretor-gerente do FMI de aumentar a meta de superávit fiscal, atualmente de 3% do PIB. - O Globo, 7-9-04.

Delfim Netto e Antonio Palocci

“Pacto é a última bóia para economias que estão naufragando. A nossa está nadando brilhantemente”. – **Delfim Netto**, deputado federal (PP-SP), sobre a proposta de “contrato social” apresentada por Fiesp e CUT. – **Folha de S. Paulo**, 9-9-04.

“Não faz o menor sentido um pacto. Um pacto no momento atual da economia, quando tudo está indo bem, é um instrumento despropositado. Não vejo sentido em trocar os mecanismos que estão funcionando tão bem por uma idéia que fracassou sempre que foi lançada. Pactos sociais só funcionam em países arrasados por guerras ou como saída para regimes ditatoriais moribundos”. – **Antonio Palocci Filho**, ministro da Fazenda. – **Veja**, 15-9-04.

Palocci e Malan

“Conquistamos várias coisas e não tenho medo de dizer que consolidamos avanços de governos anteriores. O crescimento das exportações, por exemplo, começou em 1999, com a sábia decisão da administração anterior de deixar o câmbio flutuar. Somos o segundo governo a manter o câmbio flutuante”. - **Antonio Palocci Filho**, ministro da Fazenda. – **Veja**, 15-9-04.

Economistas, cadê as alternativas?

“Olha a que ponto nós chegamos: ter que apelar para os economistas da direita para buscar argumento para nós, porque os nossos de esquerda estão cada vez mais vagabundos, vagabundos no sentido de não produzir teoria alternativa”. - **João Pedro Stédile**, coordenador nacional do MST, citando “brilhante” artigo do economista e deputado Delfim Netto (PP-SP). - **Folha de S. Paulo**, 6-9-04.

A desigualdade domou a diversidade

“Não é verdade que o Norte e o Nordeste sejam um problema para o Brasil. Essa é uma abordagem que obscurece as potencialidades dessas Regiões. Esse não é um País qualquer. Tem diversidade. Mas a desigualdade domou a diversidade”. - **Tânia Bacelar**, economista. - **Agência Carta Maior**, 6-9-04.

A desigualdade social. Fracasso do nosso tempo

“Os três jogadores de futebol melhor pagos do mundo, que jogam na Espanha, ganham anualmente US\$ 42 milhões, enquanto que o orçamento da cidade de San Salvador, capital de El Salvador, com 1. 824.532 habitantes, é de US\$ 45,6 milhões”. – **Jon Sobrino**, teólogo jesuíta. – **El País**, 13-9-04.

Os intelectuais e os movimentos sociais

“Consigo entender não haver interesse da mídia em procurar compreender movimentos como os grupos antiglobalização, os dos povos indígenas ou os sem-terra. Mas não consigo aceitar que um intelectual brasileiro possa descartar esses movimentos. Há uma recusa a priori, ausência de interesse”. - **Paulo Arantes**, filósofo, docente na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. - **Revista Cult**, setembro 2004, p. 28.

“Com essa esquerda, quem precisa de direita?”. - **Paulo Arantes**, filósofo, docente na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. - **Revista Cult**, setembro 2004, p. 29.

Século XXI sem concluir o século XIX

"Nesta eleição municipal, dois terços do eleitorado não têm o ensino fundamental completo. É uma vergonha nacional. Nós chegamos ao século XXI sem cumprir uma agenda que os países desenvolvidos concluíram no século XIX". - Eduardo Giannetti da Fonseca, economista. - Valor Econômico, 8-09-04.

O agronegócio sacralizado

"O agronegócio cresceu tanto que virou uma coisa sacralizada. Quando se analisa, nos censos agropecuários de 1995 e 1996, a produção de propriedades que têm apenas mão-de-obra familiar ou um ou dois empregados no máximo, se vê que elas são responsáveis por metade da produção agrícola brasileira. Mas, com o mito de que o agronegócio é o grande produtor, ele fica com 90% das verbas de financiamento da agricultura". - Bernardo Mançano, geógrafo do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo). - Folha de S. Paulo, 12-9-04.

"Não existe trabalho para os braços como nós. Somos na maioria analfabetos. Só o "restolho" sobrou para nós". - Marcelina Miguel Carneiro, líder de um acampamento de desempregados da lavoura de algodão organizado pela Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás). - Folha de S. Paulo, 12-9-04.

"Não podemos ficar parados no tempo. A indústria da agricultura e da pecuária exige que seja promovida uma mecanização na produção. É um processo que não pode ser interrompido". - Wander Carlos de Souza, prefeito de Acreúna (GO) e o maior produtor individual de algodão do país, justificando a demissão de 2.000 empregados de suas fazendas em maio, ao adquirir 18 colheitadeiras. - Folha de S. Paulo, 12-9-04.

A Rússia gesta o seu Terceiro Reich

"A Rússia está gestando o seu Terceiro Reich. O primeiro foi o da dinastia dos Romanov; o segundo, o de Stalin, e o terceiro, se cria agora. Temos tudo para isto: um partido como Rússia Unida, que não é o partido nazista, mas algo parecido com a Falange Espanhola, uma juventude parecida às hitlerianas e muito fascismo na sociedade". - Serguéi Arutiúnov, etnólogo, professor responsável pela seção dos povos do Cáucaso no Instituto de Etnologia e Antropologia da Academia de Ciências da Rússia. - El País, 12-9-04.

"O que não temos ainda é um führer, porque Putin não nem Hitler nem Mussolini, nem Franco, mas sim é um Hindenburg (marechal Paul von Hindenburg, presidente alemão, que chamou Hitler para ser primeiro ministro em 1933). As circunstâncias fazem com que Putin faça o papel de Hindenburg e é possível que em 2008, ou antes, alguém obrigue que ele entregue o poder a um verdadeiro führer". - Serguéi Arutiúnov, etnólogo, professor responsável pela seção dos povos do Cáucaso no Instituto de Etnologia e Antropologia da Academia de Ciências da Rússia. - El País, 12-9-04.

Obs. A editoria Frases da Semana sintetiza a atualização diária da página www.ihu.unisinos.br. Esta atualização é feita diariamente em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT.

[\(Voltar ao índice\)](#)

EVENTOS IHU

Participe das atividades do Instituto Humanitas Unisinos

IHU Idéias

TELEVISÃO E REALITY SHOWS

Durante a última edição do evento **IHU Idéias**, realizada dia 9 de setembro de 2004, o tema foi as estratégias de sedução das audiências televisivas nos programas conhecidos como *Reality Shows*. A explanação esteve a cargo da Prof^a. Dr.^a Cosette Espíndola de Castro, professora na Unidade de Ciências da Comunicação da Unisinos, que falou, tendo como base a pesquisa com o programa *Big Brother*, em dois países: Espanha e Portugal, para sua tese de doutorado em Jornalismo, defendida em 2003, na Espanha. Cosette disse que esses programas trabalham com a memória das pessoas, pois trazem elementos presentes nas telenovelas, no próprio jornalismo e em programas de auditório. "Eles lidam com os sentimentos mais humanos, que é a linguagem comum a todos os povos do mundo", lembrou. Confira uma entrevista concedida pela professora ao **IHU On-Line**, na 114^a edição, de 6 de setembro de 2004.

Ecoss do evento

"Achei uma palestra de extrema importância. Esse é um tipo de pesquisa necessária na TV do mundo todo hoje. Os *reality shows* são um fenômeno que não têm como passar despercebido, já que abrangem 70% da audiência da população".

Thiago Zenker, aluno do curso de Jornalismo da Unisinos e estagiário na Agexcom.

"Gostei bastante da explanação da professora. É interessante dar espaço para a discussão sobre os *reality shows* na academia, que geralmente tem uma visão preconceituosa sobre esse tipo de programação. Quanto mais pesquisadores se envolverem nessa temática, melhor".

Álvaro Constantino Borges, aluno do curso de Publicidade e Propaganda da Unisinos.

O SÉCULO XIX NO RS: OLHARES DA HISTÓRIA ECONÔMICA

Parte da história gaúcha, tendo em vista o dia 20 de setembro, Dia da Revolução Farroupilha, será lembrada no próximo encontro do evento **IHU Idéias**, que acontece dia 16 de setembro de 2004, das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do IHU.

O tema *O século XIX no RS: olhares da história econômica*, será abordado pelos professores Dr. Leonardo Monteiro Monastério, da UFPEL, e Dr.^a Berenice Corsetti, da Unisinos.

Leonardo Monastério é professor no Departamento de Geografia e Economia da UFPEL. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluiu o mestrado em Economia pela UFRGS com dissertação intitulada *A economia institucional-evolucionária de Thorstein Veblen*. O professor obteve doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e sua tese levou o título *Capital Social e a Região Sul do Rio Grande do Sul*. Ele também é autor de **Guia para Veblen**. Pelotas: EDUFPEL, 1998.

Berenice Corsetti é professora no PPG em Educação da Unisinos. É graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul, com mestrado em História Universal, pela Universidade Fluminense e doutorado em Educação pela Universidade de Santa Maria, em convênio com a Unicamp. A professora apresentou, no **IHU Idéias** de 3 de abril de 2003, o tema *Sport Clube Internacional: a construção de uma identidade*. Sobre ele, concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line** na 53ª edição, de 31 de março de 2003. Ela também ministrou a oficina *A política educacional na Era Vargas*, no dia 24 de agosto de 2004, durante o evento **A Era Vargas em Questão**, promovido pelo IHU.

Acompanhe, a seguir, a programação do IHU Idéias no mês de setembro:

23/09/04 – “Mídia e Terror” - Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg – Professor na Unisinos.

30/09/04 – “A cidade afetada pela cultura digital” - Prof. Dr. Paulo Edison Reyes – Professor na Unisinos.

Abrindo o livro

No próximo dia 15 de setembro de 2004, das 19h45min às 22h, na sala 1G119 do IHU, o Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio, da Unidade de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos, apresentará o livro **O ano miraculoso de Einstein: Cinco artigos que mudaram a face da física**, de John Stachel (organização e introdução). Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, durante mais uma edição do evento **Abrindo o livro**, promovido pelo IHU. Paulo Henrique é mestre em Física e doutor em Ciências, pela UFRGS. Sua tese intitula-se Implantação iônica e difusão auxiliada por radiação de estanho em ferro e aços. O professor Paulo Henrique apresentou o **IHU Idéias** de 7 de agosto de 2003, com o tema Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre seu conteúdo essencial. Sobre o tema, ele concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line**, publicada no número 69, de 4 de agosto de 2003. Também reproduzimos um artigo do professor Paulo Henrique Dionísio, sobre os vencedores do Prêmio Nobel de Física de 2003, na 81ª edição, de 27 outubro de 2003.

Abrindo o Livro é um evento gratuito, que propõe a apresentação de livros estrangeiros e/ou nacionais de difícil acesso, para discussão e conhecimento da comunidade acadêmica e interessados.

Este evento se insere na preparação para o Simpósio Internacional Terra Habitável: Um desafio para a humanidade, que celebrará, nos dias 16 a 19 de maio de 2005, além do centenário de nascimento de Balduino Rambo e o cinqüentenário da morte de Teilhard de Chardin, o centenário do 'Annus Mirabilis' de Albert Einstein.

A seguir, confira a entrevista com Paulo Henrique Dionísio sobre o livro que será apresentado. As respostas foram enviadas por e-mail.

IHU On-Line - Qual é a contribuição mais importante da obra O Ano Miraculoso de Einstein e qual a contribuição de John Stachel?

Paulo Henrique Dionísio - O maior mérito dessa obra é, sem dúvida, colocar, ao alcance de qualquer pessoa, a possibilidade de conhecer e apreciar o magnífico trabalho realizado por esse esplêndido físico em 1905. Os artigos, reproduzidos em texto integral, são eminentemente técnicos. De sua leitura, certamente, beneficiar-se-ão os especialistas que nunca foram buscar em antigos volumes as origens de sua especialidade. Mas, mesmo nesses artigos, há trechos acessíveis à compreensão dos leigos em Física. A principal lição que deles se extrai, é que genialidade combina muito bem com simplicidade. Quanto a John Stachel, pode-se dizer que atuou com extrema competência. A sua Introdução situa, de forma brilhante, o trabalho de Einstein no ambiente da Física da época e, em alguns momentos, permite vislumbrar o homem

por trás do cientista. Os comentários que antecedem os artigos foram adaptados do volume 2 da série *The Collected Papers of Albert Einstein*, de forma perfeitamente adequada. Deve-se ressaltar, ainda, a Apresentação, escrita por Roger Penrose, autor de *A Mente Nova do Rei* e parceiro de Stephen Hawking em livros de divulgação. Nela, Penrose resalta a contribuição de Einstein para a Física Quântica e, ao mesmo tempo, tangencia as suas divergências quanto aos rumos tomados pelos físicos da chamada Escola de Copenhague.

***IHU On-Line* - Em que aspectos nosso mundo seria diferente, se Einstein não tivesse existido nem 1905 tivesse sido o ano miraculoso?**

Paulo Henrique Dionísio - Esta pergunta é muito difícil de responder e pode levar-nos por estranhos caminhos. Acredito que os avanços da Física, de certa forma, independem dos físicos. Soluções para antigos problemas trazem sempre em seu bojo problemas novos e, a cada passo, se estabelece uma pressão irresistível no sentido de que sejam resolvidos. Muitas pessoas, então, dedicam-se, ao mesmo tempo, em vários lugares do mundo, ao mesmo mister. Se não fosse Einstein, seriam outros, dificilmente um homem só; se não fosse em 1905, seria mais tarde, talvez bem mais tarde; se não fosse tudo de um só vez, seria em várias etapas. Mas, em Física, não existe uma verdade absoluta acerca dos fenômenos naturais (embora Einstein, ao que parece, acreditasse existir...) nem existe um único caminho possível. Seria a solução engendrada por outros, igualmente abrangente e fecunda? Como seria, hoje, a Física? E de que maneira se teria desenvolvido a nossa civilização tecnológica? Impossível saber. Então, a Física é hoje como é, e a tecnologia desenvolveu-se do modo como se desenvolveu, porque Einstein existia em 1905, e isso é tudo.

***IHU On-Line* - A rebeldia de Einstein não se aplicava apenas às idéias da física clássica, mas também aos ideais políticos da época e aos rígidos métodos de ensino. Como se relacionam essas diferentes “rebeldias” no pensamento de Einstein?**

Paulo Henrique Dionísio - A rebeldia é um traço da personalidade de Einstein freqüentemente mencionado, principalmente com relação a suas atitudes como estudante. Parece-me, agora, que talvez fosse mais apropriado falar-se em insubmissão, e não em rebeldia. Uma insubmissão que se justificava pelo fato de ele saber, desde cedo, o que queria e também por ser um autodidata extremamente competente. Em seus estudos solitários, era dedicado, profundo, quase me arrisco a dizer, disciplinado. Não sou a melhor pessoa para avaliar se ele se comportava com rebeldia nas relações familiares e sociais, nem se suas atitudes como ativista político enquadravam-se como as de um rebelde. Mas, com relação à Física Clássica, isto é, à Física então vigente, não agiu propriamente com rebeldia. A Física vivia uma crise. Einstein juntou-se a tantos outros num esforço para superar as dificuldades, resolver os dilemas. Dedicou-se a isso com verdadeira obstinação. O que fez de especial foi exercer uma crítica aguda e perspicaz sobre os próprios fundamentos das teorias então aceitas. Mas ser crítico não é o mesmo que ser rebelde. Essa crítica mostrou a fragilidade dos conceitos de espaço e tempo absolutos e conduziu à proposta da quantização do campo eletromagnético. Foi assim que, conforme aponta Penrose na Introdução, Einstein lançou os fundamentos das duas revoluções que ocorreram na Física, no século XX.

***IHU On-Line* - Einstein revolucionava o mundo da ciência no que se refere às noções de tempo e espaço. Em que suas descobertas ajudam a compreender o tempo pós-moderno?**

Paulo Henrique Dionísio - Os físicos trabalham com fenômenos e sistemas puramente físicos, os quais descrevem e procuram compreender por meio de modelos. O maior e mais imediato

impacto de suas descobertas (melhor seria dizer “de suas construções”) ocorre no desenvolvimento da tecnologia. Seria exagero dizer que as condições de vida, no mundo contemporâneo, são consequência direta do sucesso do trabalho dos físicos? Entretanto, compreender o nosso tempo, isso já é outra história... Para tanto, é necessário transcender o estritamente material, é preciso incluir as dimensões humana e espiritual. Até lá, a Física não chega. É verdade que alguns físicos aventuram-se com seus conhecimentos e sua reputação para fora da Física, mas deve-se levar em conta que, neste caso, eles passam a ser cidadãos comuns e devemos fazer passar as coisas que dizem ou escrevem pelo crivo de nosso senso crítico. Alguns, efetivamente, transformam-se em filósofos, atuando, porém, em uma área restrita e especializada: a teoria do conhecimento. O francês Roland Omnès é um bom exemplo. Por outro lado, intelectuais leigos em Física buscam nela recursos, sugestões ou mera inspiração para as suas cogitações. Há, também, os que julgam estar, na Física, a solução dos enigmas do universo. Mas é praticamente impossível que alguém, sem a necessária formação especializada, entenda os conceitos e princípios físicos e saiba com eles lidar, a ponto de realizar, com êxito, a transposição, de maneira fidedigna, para outras áreas. Eu, particularmente, considero isso impossível, principalmente devido ao aparato matemático necessário. Então, a Física pouco ou nada ajuda, e isso nem cabe a ela, a compreender o tempo pós-moderno. Ser consciente disso também é importante. Para quem não concordar, só há uma maneira de convencer-se: estudar Física...

IHU On-Line - Quais são suas expectativas e as expectativas da comunidade de físicos (Sociedade Brasileira de Física, etc...) para 2005, declarado pela ONU o ano da Física?

Paulo Henrique Dionísio - Esperamos que muitos eventos, como o Simpósio Internacional Terra Habitável: Um desafio para a humanidade, que acontecerá aqui na UNISINOS, muita notícia e discussão na mídia sensibilizem as classes governantes, conscientizem a sociedade em geral da importância da Física na geração de tecnologia e da relevância da cultura científica na formação integral do cidadão. Sem pesquisa fundamental em Física, jamais geraremos tecnologia de ponta, seremos um eterno apêndice do mundo desenvolvido. Sem investir em pesquisa dentro das fábricas, os industriais continuarão a jogar seus recursos na loteria de tecnologias de eficiência duvidosa, como já há exemplos aqui mesmo em nossa região. Sem cultura científica, o homem comum vai continuar comprando água magnetizada e pagando pela cura quântica, vai continuar presa fácil de charlatões de toda a espécie. Que cidadania é esta? Enquanto isso, o ensino de Física encontra-se em estado de falência, nas universidades, em processo de extinção, no ensino médio e completamente ausente no ensino fundamental. Isso também é exclusão social.

Sala de Leitura

O próximo evento **Sala de Leitura**, que acontece amanhã, dia 14 de setembro, das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do IHU, trará a apresentação do livro **Os labirintos do poder: o poder (do) simbólico e os modos de subjetivação**, de autoria do Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz, professor no PPG em Filosofia da Unisinos. Esse é o segundo livro de sua autoria que o professor Castor apresenta no evento. A obra **Os paradoxos do imaginário**. São Leopoldo: Unisinos, 2003, foi apresentada pelo professor dia 28 de outubro de 2003. Sobre esse livro ele concedeu uma entrevista, publicada na 81ª edição do **IHU On-Line**, de 27 de outubro de 2003. O professor Castor é graduado em Filosofia, Letras, Teologia e Aptidão Pedagógica, mestre em História e doutor em Filosofia pela Universidad de Deusto, Espanha, intitulando sua tese *O poder do imaginário: A força transformadora e o poder instituinte do simbólico*. Além dos dois livros já mencionados, o professor é autor de

diversos outros, entre os quais citamos: *El poder de los desposeídos*. Madri: Nueva Utopia, 2000; e *El Poder del Imaginario: La fuerza transformadora y el poder instituyente de lo simbólico*. Madri: Proquest Information and Learning, 2002.

Reproduzimos, a seguir, um artigo escrito pelo professor, no qual comenta aspectos do livro que será por ele apresentado amanhã à tarde.

OS LABIRINTOS DO PODER. O PODER (DO) SIMBÓLICO E OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Por Castor M.M. Bartolomé Ruiz

“O poder é a sombra de nossa prática e a luz de nossas criações. Ao fixarmos nosso olhar exclusivamente na sombra, obscureceremos nossa perspectiva e perderemos de vista as potencialidades de nossa própria ação. Poder é uma palavra que todo o mundo entende, mas que ninguém consegue explicar. Ao definirmos o que seja o poder, a própria definição se torna uma pretensão de poder”¹⁷.

O texto anterior corresponde ao parágrafo inicial da introdução do livro **Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação**. Esta obra encara o desafio de refletir sobre o poder, os modos de legitimação dos dispositivos de poder nas sociedades contemporâneas, e a relação que existe entre poder e modos de subjetivação.

Embora a obra foi concebida como uma reflexão filosófica, ela pretende dialogar com o conjunto de saberes e práticas que lidam com a problemática do poder. Seu objetivo é contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos jurídicos, educativos, mediáticos e institucionais que se articulam nas diversas práticas humanas.

O capítulo primeiro analisa a vinculação que existe entre a linguagem e o poder. Como em cada forma de verdade existe uma articulação de poder, poder e verdade se co-implicam de tal forma que toda verdade produz efeitos de poder, e todo poder origina formas de verdade. A linguagem não é uma dimensão isenta de poder, mas o modo como o poder produz discursos e saberes.

O capítulo segundo reflete a relação que existe entre a prática social e os modos de legitimação simbólica do poder. Na perspectiva de hermenêutica simbólica, se analisa como o simbolismo se transformou numa das principais técnicas de legitimação dos dispositivos de poder nas sociedades contemporâneas. O símbolo provoca uma adesão ativa dos indivíduos ao universo significativo do sistema, porque previamente houve uma internalização significativa dos valores simbólicos.

O capítulo terceiro se aprofunda no processo de sujeição do indivíduo moderno aos dispositivos de poder. Nele se toma o símbolo hegemônico das sociedades liberais, a liberdade, com objetivo de mostrar como os dispositivos de poder ressignificaram este símbolo. Os dispositivos de poder produziram modos de subjetivação cujo objetivo é fazer coincidir o desejo dos indivíduos com os interesses das estruturas sociais.

Nas diversas análises se aponta para o confronto e a contradição que existe entre o modelo de sujeição individualista e a aposta num paradigma de subjetivação autônoma. Entende-se que a subjetivação autônoma só é possível numa acolhida tensa e produtiva da alteridade do outro. Alteridade e subjetivação autônoma são pólos tensos da existência humana, ambos se co-implicam necessariamente para se poder pensar num ser humano realizado.

O capítulo quarto analisa os labirintos da subjetividade e do poder, tentando entender de que maneira símbolos tradicionais foram ressignificados para legitimar os novos dispositivos de

¹⁷ RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. **Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação**. Porto Alegre: Escritos, 2004. p. 9 (Nota do autor).

poder. Símbolos, como o sacrifício e o dever, são reutilizados como decorrências necessárias de outros novos símbolos matriciais, como o mercado. Os indivíduos modernos não podem ser dominados pela força, só é possível gerir suas condutas, quando se consegue o consentimento de suas vontades. Esse consentimento requer convicção, e a convicção implica adesão a um universo significativo. Temos aqui desenhada a equação que articula o simbolismo - o poder – e os modos de subjetivação.

O quinto e último capítulo penetra nos interstícios das formas simbólicas da normalidade e os modos políticos da exclusão. A norma tem o poder de normalizar as condutas definindo o que é normal ou anormal. A norma, quando aceita socialmente, normaliza os indivíduos, padronizando suas condutas e excluindo os diferentes. O principal efeito de poder da norma não está em sua prescrição jurídica, mas na sua potencialidade normalizadora das práticas e no conseqüente poder de sujeição de estilo de vida dos indivíduos.

Labirintos do poder é uma obra que se atreve a circular pelas estreitas trilhas conceituais que circundam os saberes, as práticas e os dispositivos de poder das sociedades contemporâneas. Ela tem como referência teórica o livro do mesmo autor, **Os Paradoxos do Imaginário** (Unisinos, 2003), e fica à espera de uma outra publicação complementar, já em fase de conclusão, que se intitulará **As encruzilhadas do Humanismo**.

PRÓXIMAS EDIÇÕES

Três novas obras escritas por professores da Unisinos serão apresentadas nas próximas edições do evento **Sala de Leitura**, promovido pelo IHU. No próximo dia 28 de setembro, o professor Arthur Blásio Rambo apresentará o livro **Pe. João Evangelista Rick, SJ. Cientista, colonizador, apóstolo social, professor** (São Leopoldo: Unisinos, 2004), escrito por ele e pelo padre Arthur Rabuske, SJ. Já no dia 19 de outubro, é a vez do professor Luiz Inácio Gaiger apresentar o livro por ele organizado, intitulado **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil** (Porto Alegre: UFRGS, 2004). Também no mês de outubro, no dia 26, o professor José Nedel apresentará seu livro **Ética aplicada. Pontos e contrapontos** (São Leopoldo: Unisinos, 2004). Sala de Leitura é um evento gratuito, que acontece na sala 1G119 do IHU, das 17h30min às 19h.

Ciclo de Estudos sobre "O Método", de Edgar Morin

*A próxima atividade do evento **Ciclo de estudos sobre "O método", de Edgar Morin** será o Seminário O direito no paradigma da complexidade, a ser realizado dia 16 de setembro de 2004, das 14h às 17h, na sala 1G119 do IHU. O responsável pela condução do tema será o Prof. Dr. Leonel Severo Rocha, professor no PPG em Direito da Unisinos, do qual também é coordenador. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, Leonel Rocha é mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Sua dissertação intitula-se As dimensões de legitimação-dominação do discurso jurídico sobre o Poder Soberano. Também fez mestrado em Sociologia na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, na França, com a dissertação O Projeto Político de Rui Barbosa. O professor Leonel doutorou-se em Direito pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales com a tese Lei e Liberdade: O pensamento de Rui Barbosa, e obteve o pós-doutorado pela Università degli Studi di Lecce, da Itália. É autor de vários livros, entre os quais citamos: **A Democracia em Rui Barbosa: O Projeto Político Liberal-Racional**. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1995; e **Epistemologia Jurídica e Democracia**. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. A história de vida do professor está contada na editoria IHU Repórter da 73.ª edição do IHU On-Line, de 1º de setembro de 2003.*

IHU On-Line entrevistou, por e-mail, o professor Leonel a respeito do tema que será por ele desenvolvido no evento.

IHU On-Line- Qual a principal contribuição de Edgar Morin para compreender a sociedade contemporânea?

Leonel Severo Rocha- Foi o primeiro a propor análises realmente interdisciplinares para a observação das ciências sociais. Para tanto, apontou a necessidade de se levar em consideração a complexidade como característica marcante da sociedade.

IHU On-Line- Quais são os principais aspectos que desenvolverá no Seminário O Direito no Paradigma da Complexidade?

Leonel Severo Rocha- Mostrar como a complexidade é enfrentada tradicionalmente na dogmática jurídica e as dificuldades do Direito para recuperar as defasagens temporais da globalização.

IHU On-Line- Em que sentido o autor poderia interpelar os cursos de Direito e a formação de profissionais na área?

Leonel Severo Rocha- A matriz teórica pragmático-sistêmica, permitindo observações diferenciadas, pode permitir a formação de profissionais com um novo perfil. A complexidade faz parte de um conjunto de novas metáforas, como Risco, Paradoxo, Tempo, Autopoiese, que redefinem a forma do conhecimento atual. É uma nova epistemologia.

II Ciclo de Estudos sobre o Brasil

O debate sobre o livro *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, abriu a segunda etapa do *II Ciclo de Estudos sobre o Brasil* deste ano. O evento foi realizado na última quinta-feira, dia 9 de setembro, e o responsável pelos trabalhos sobre a obra foi o Prof. Dr. Paulo Seben de Azevedo, professor na UFRGS e na Faculdade de Ciências e Letras de Osório (FACOSFACAD).

O tema do debate sobre o livro *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, foi abordado pelo professor Paulo Seben de Azevedo em entrevista concedida ao *IHU On-Line* na 114ª edição, de 6 de setembro de 2004.

Ecos do evento

"Achei excelente. O professor passou uma boa visão do livro, inclusive trazendo aspectos da economia. Ele falou sobre como as pessoas da época do livro viviam, os sistemas de grupos e comunidades que existiam, e isso tudo é muito importante no sentido de contextualizar historicamente. Foi bastante interessante".

Adelir Francisco Hensel, aluno do curso de Economia da Unisinos.

"É a primeira vez que participo do evento e achei muito bom. É uma forma diferente de obter conhecimento. Eu não li o livro que foi apresentado, mas o professor fez uma boa explicação. Sempre acho interessante buscar novas informações".

Santa Lourdes de Vargas, aluna do curso de Filosofia da Unisinos.

Novos líderes religiosos participam do GDIREC

Na manhã da última quinta-feira, dia 9 de setembro, aconteceu mais um **Encontro com líderes religiosos**, promovido pelo Programa Gestando o Diálogo Inter-Religioso e o Ecumenismo (GDIREC), do IHU. O tema central foi a acolhida de 6 novos líderes religiosos. Passaram a fazer parte do grupo de líderes Dolores Dorneles, da religião africana, José Carlos Bandeira, kardecista do Centro Espírita "Amor. A verdade", Pai Marcos Antônio de Obaluaye, do candomblé, Janaína Steffen e Vera Lúcia Zambiasi, da brahma kumaris, e Alancardino Vallejos, do Culto Eclético da Fluente Luz Universal (Santo Daime).

O encontro iniciou com a apresentação do GDIREC, feita pelo Prof. Dr. Pe. José Ivo Follmann. A espiritualidade esteve a cargo da líder Mãe Águeda, que falou sobre a importância da acolhida aos novos líderes. Também falaram Daniel Boschetti, Maria Aparecida Cirilo e Luciana Silveira, representando o Grupo Permanente de Aprendizagem Coletiva (GEPAC), integrado ao GDIREC. Atualmente, o grupo conta com representantes líderes das religiões católica, kardecista, africana, umbanda, luterana, anglicana, brahma kumaris, santo daime e assembléia de Deus.

Os novos líderes falaram aos presentes e depois ouviram os relatos de experiência dos líderes antigos. O encontro também contou com a presença de convidados, entre eles, Inácio Neutzling, diretor do IHU, que saudou os novos líderes religiosos, Mari Lúci de Oliveira, secretária do IHU, que apresentou os encaminhamentos dos projetos do GDIREC e Romi Márcia Bencke, do CECA, que trouxe informações do próximo Fórum Social Mundial e a participação das religiões. Foi feita uma avaliação do último evento *Estudando as Religiões*, realizado no dia 1º de setembro, em que se falou sobre a religião Santo Daime. O evento, organizado por Adevanir Pinheiro e coordenado por José Ivo Follmann, culminou com um almoço e a comemoração dos aniversariantes do mês de setembro.

Encontros de Ética para alunos

Ética e política será o tema abordado pelo Prof. Dr. José Nedel, da Unidade de Ciências Humanas da Unisinos, no próximo evento **Encontro de Ética para alunos**, que acontece hoje, dia 13 de setembro, das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do IHU. O evento é gratuito e aberto à comunidade universitária, sendo realizado a cada 15 dias.

[\(Voltar ao índice\)](#)

IHU REPÓRTER



Cecília Luiza Broilo

*"Sou muito ligada ao meu trabalho. Atiro-me de corpo e alma no que faço". A afirmação da professora Cecília Luiza Broilo, coordenadora do curso de Pedagogia da Unisinos, demonstra seu entusiasmo e satisfação com a profissão escolhida desde criança, quando brincava de ser professora com as amigas do bairro onde morava. Na entrevista a seguir, a mãe de filhos gêmeos, conta suas experiências de vida e possibilita ao leitor do **IHU On-Line** conhecer um pouco mais da pessoa que é.*

Origens - Nasci em Barros Cassal, interior do Rio Grande do Sul, cidade próxima a Soledade. Fui criada numa família de imigrantes italianos em que existia um choque entre a cultura patriarcal e práticas familiares matriarcais. Cresci sendo educada para ser mulher reprodutora de gerações, portanto, limitada ao lar. Mas, na dimensão matriarcal, minha mãe guardava a preocupação com minha formação cultural e com uma qualificação profissional. Em função disso, nos mudamos do interior do Estado para Taquara (onde vivi parte da minha infância). Desde a adolescência vivo em Canoas.

Formação - Na época em que eu era criança, a idade mínima para entrar na escola era 7 anos. Meu irmão, um ano mais velho, hoje médico, começou a ir para a escola antes de mim. Eu chorava, porque queria ir junto para estudar e não era aceita por causa da idade. Depois de muita insistência, entrei como aluna ouvinte. Decorei o catecismo para poder fazer a primeira comunhão, mesmo sem estar alfabetizada. Estudei no Colégio Santa Terezinha, em Taquara, e no Colégio Maria Auxiliadora, em Canoas. Fiz o curso de Pedagogia na Unisinos e o mestrado e o doutorado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 2003, fiz parte do doutorado (doutorado-sanduíche) na Universidade de Aveiro, em Portugal, e destaco esta experiência como especial, pois pude aprofundar estudos de pesquisa e, além disso, criar forte vínculo com amigos portugueses e brasileiros que lá estavam.

Profissão - Desde pequena, antes de saber ler e escrever, já brincava de dar aula. Reunia minhas amigas da rua para brincar de escolinha e eu era sempre a professora. Em 1971, ao final do estágio do Normal, já na faculdade, comecei a atuar como docente na Escola de Aplicação La Salle, em Canoas. Em seguida, fiz concurso para o magistério municipal, na cidade de Canoas, e entrei para a rede pública municipal, como professora alfabetizadora, assumindo uma turma de 50 alunos, com idade de seis anos. Passei a participar dos movimentos sociais, religiosos, sindicais e comunitários, acreditando no que Paulo Freire dizia: "o professor, no seu cotidiano, é um ser histórico e socialmente contextualizado". Em 1982, fui Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto do município de Canoas. Fui uma das fundadoras e a primeira presidente da Fundação Cultural de Canoas. Trabalhei como professora na Escola Lassalista e Unilasalle durante 27 anos, onde também fui pró-diretora acadêmica. Ministrei aulas na área de supervisão escolar dos cursos de especialização das Universidades de Passo Fundo, Bagé, Santana do Livramento, Novo Hamburgo e Lajeado. Em 1987, através de um processo de seleção, ingressei como professora na Unisinos e, em 1999,

escolhi trabalhar somente num local: Unisinos. Nessa trajetória, passei a fazer parte, como colaboradora, de grupos de pesquisas na Unisinos, sem me desligar da UFRGS.

Coordenação de curso – Na época em que fazia parte do Núcleo de Apoio Pedagógico e era docente do curso de Pedagogia, fui convidada pelo professor José Ivo Follmann, então diretor do Centro de Ciências Humanas, para assumir o cargo de coordenadora executiva do curso de Pedagogia. Na troca de gestão, fizemos uma eleição entre os professores e alunos do curso, e fui escolhida, continuando na coordenação até os dias atuais. Gosto dessa atividade que envolve gestão, assessoria pedagógica e acompanhamento acadêmico aos alunos.

Pedagogia e Educação – O significado da palavra pedagogia está vinculado ao ato de conduzir o conhecimento. Além dos aspectos ligados a como e quanto ensinar, a Pedagogia deve ser um pólo teórico da problemática educacional, construindo um arcabouço da ciência da aprendizagem. A educação é um sonho que exige descobertas e movimento constante, de superação de limites. A educação não ocorre somente no espaço da escola. Também a família e a sociedade são responsáveis.

Família - Casei muito cedo, 1972, aos 22 anos. Logo em seguida, fui mãe de gêmeos. Neste período, já cursava Pedagogia, na Unisinos, e também era professora. Hoje meus filhos estão com 30 anos. Michel já é formado em Medicina e está fazendo residência em oftalmologia no Hospital Santa Casa, em Porto Alegre. Marcelo iniciou o curso de Administração de Empresas, mas interrompeu os estudos em função do trabalho, ingressando no ramo dos negócios. Atualmente é um empresário bem sucedido.

Ser mãe - É uma experiência inesquecível, com certeza. Somente quem viveu sabe o sabor que tem. Contudo, é preciso que se tenha a consciência de que não é fácil, pelo contrário, exige muito sacrifício de nós, mulheres profissionais. Criar um filho nos tempos atuais, em que há muita violência e drogas, é um desafio. Ser mãe não é passar a mão por cima da cabeça do filho, é educar, apontar caminhos, mostrar segurança, é brigar, ser rigorosa, mas é também dar carinho e ser afetuosa.

Autor e Livro – Com certeza, não poderia citar um único autor ou livro. Menciono o poeta africano Mia Couto, Lia Luft, Isabel Allende, José Saramago e Clarice Lispector. Além disso, vale destacar outros autores e livros, que são relacionados à minha trajetória profissional, como Paulo Freire, especialmente *Medo e Ousadia e Pedagogia da Esperança*; Rubem Alves, com *Alegria na Escola*; Maria Isabel da Cunha, com *Um bom professor e sua prática*. Nos últimos anos, tenho estudado Boaventura Santos, Denise Leite, Isabel Alarcão, Shulmann e muitos outros.

Filme – Muitos são os filmes que me marcaram... Lembro dos filmes *Como água para chocolate*, *Perdas e Danos*, *A Liberdade é Azul*, *A Fraternidade é Branca*. Entre os mais recentes, *Frida*, de Julie Taymor, ao qual assisti em Portugal.

Presente – Gosto de receber presentes pessoais, como bons perfumes e jóias, mas, sem dúvida, o melhor presente é o carinho da família, em especial, dos dois filhos e as amigas que cultivei ao longo dos anos.

Nas horas livres - Conviver com meus filhos, nora e cultivar os amigos. Assistir a bons filmes, caminhar, ir ao parque, ao teatro, passear, cozinhar, tomar chimarrão e beber um bom vinho tinto, ler um livro, jornal e viajar muito. No verão, ir à Florianópolis e no inverno, subir a serra.

Um sonho – Primeiro, ver meus filhos realizados pessoal e profissionalmente, com saúde. Mais tarde, um neto, quem sabe. Além disso, realizar muitas e novas viagens, como, por exemplo, visitar a China, a Índia, Escócia, Praga, Suíça e Grécia. Ou ainda, a realização de um pós-doutorado para implementar definitivamente o ingresso na Pesquisa.

Momentos marcantes - O nascimento dos meus filhos. As viagens que realizei para o Egito, Marrocos, Paris e Veneza. Outro momento marcante e inesquecível foi quando, muitos anos atrás, ao chegar em Nova Iorque, de trem, vindo de Washington, presenciei um espetáculo que jamais esqueci: a neve caindo em profusão.

Unisinos - Uma Universidade séria e comprometida com a formação humanística cristã, buscando inovar e ser referência no Estado e no País. Hoje, a Universidade destaca sua preocupação com a educação para toda a vida e com o desenvolvimento regional, ressaltando o desejo de “sair” da fragmentação do saber para alcançar a transdisciplinaridade. Cabe a nós, professores e coordenadores de cursos, enfrentarmos os desafios exigidos pela “nova” Unisinos, com garra, trabalho e comprometimento.

IHU - O Instituto Humanitas é um espaço com o papel fundamental de garantir a formação integral do ser humano e, em especial, da comunidade que congrega a nossa Universidade. Através da realização de eventos se percebe a existência desses valores humanísticos necessários para a formação do ser humano no seu todo. Na perspectiva em que a Unisinos se encontra, vivendo um movimento de mudança, dirigindo seu olhar para o mundo do trabalho e do mercado, o Instituto Humanitas passa a ter um compromisso maior com a comunidade acadêmica.

SALA DE LEITURA



"Li recentemente *A Divina Sabedoria dos Mestres*, de Brian L. Weiss. Rio de Janeiro: Sextante, 1999 (5. ed.), 224 páginas. Séc. XXI. O futuro já chegou e todos esperavam um mundo brilhante. Mas, ao contrário dos sonhos, o que ocorre são guerras, fome, ódio e seres humanos que dizem outros seres humanos; crianças, como na Rússia de 2004. Frente a este mundo de tristezas, Brian Weiss traz, em seu livro, uma “ponta” de esperança que nos faz crer na “cura” do homem. Estamos numa era de conscientização espiritual e holística, segundo o autor. Neste livro, ele nos mostra que a tecnologia e a ciência não são capazes de resolver os problemas da civilização, sendo utilizados para o bem tanto quanto para a destruição. É o contraponto para tanto sofrimento encontra-se no amor como energia vital, um sentimento espiritual, que está presente em todas as experiências humanas. Amar nos transforma e nos transporta a uma dimensão especial. Lendo este livro, as pessoas sentirão reacender a chama do possível, do viável e, acima de tudo, do necessário: AMAR SEMPRE!".

Prof.ª MS Adriane Souza Biz, graduada e mestre em Enfermagem e professora na Unidade de Ciências da Saúde da Unisinos.



"Indico um livro de fácil leitura e interessante: *Amor, Poesia, Sabedoria*, de Edgard Morin; tradução Edgard de Assis Carvalho. 4ª edição. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2002, 72 páginas. O livro é originado de três conferências proferidas por Edgard Morin. Ele problematiza três evidências: o amor, a poesia e a sabedoria. Com clareza, permite aos seus leitores reflexões de situações do nosso cotidiano, com sabedoria, sem deixar de lado a contradição.

Ainda, que, no amor, há sabedoria e loucura e que o amor é loucura e é importante na vida, com todos os seus perigos. Quanto à poesia, ela nos permite navegar pela loucura e pela sabedoria, e além delas."

Prof.ª. MS Izabel Cristina dos Santos, graduada em Comércio Exterior, mestre em Ciência da Comunicação, professora na Unidade de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos e coordenadora do projeto de inclusão digital e cidadania do IHU.

[\(Voltar ao índice\)](#)

CARTAS DO LEITOR

Gostaria de precisar duas afirmações da Prof.ª Miriam Grossi em sua entrevista "Religião, família e novas tecnologias de reprodução" publicada no *IHU On-Line* n.º 114, de 6 de setembro de 2004.

Primeiro, ela afirma que a Igreja Católica teria posto em cheque o pressuposto fundamental que sempre teria defendido de que o sexo tem como função precípua a reprodução. Não podemos dizer que ela deixou de defender esse princípio. Isso está muito claro em documentos oficiais como, por exemplo, a *Humanae Vitae*. A evolução do seu posicionamento em relação à sexualidade foi que esta não tem como função, apenas, a reprodução, mas também a união do casal. Trata-se de duas funções intimamente associadas e inseparáveis.

Se médicos que usam tecnologias de reprodução, recomendam aos casais que tenham relações durante o processo, para que fiquem na dúvida se o filho veio do laboratório ou de Deus, é uma temporização dos médicos ou descarga de consciência para o casal, mas não existe nenhuma alusão a essa recomendação em qualquer documento da Igreja. Existe todo direito de poder criticar posicionamentos de uma instituição, mas não se pode dizer o contrário do que realmente diz em seus documentos oficiais.

Outra afirmação que não condiz é que a Igreja condenaria o aborto e misteriosamente não condenaria as tecnologias de reprodução, embora sejam técnicas invasivas do corpo da mulher. Isso está totalmente em contradição com o que é afirmado claramente no documento *Donum Vitae* que não só condena a reprodução artificialmente assistida, mas até a inseminação artificial, por dissociar a dimensão procriativa e unitiva da sexualidade.

A Igreja não defende um puro vitalismo que aceita qualquer meio para que surgisse uma nova vida humana. O paradigma que explica as posições morais da Igreja é o da natureza humana como uma realidade a ser preservada e respeitada. O caminho artificial da reprodução desrespeitaria a natureza humana. Pode-se não concordar com esse ponto de partida, dizendo que é um paradigma ultrapassado, mas não se pode afirmar que a Igreja seja incoerente em seu conservadorismo. Os posicionamentos sobre a sexualidade e a vida são coerentes e lógicos dentro do paradigma de compreensão em que ela se move.

Prof. Dr. José Roque Junges, professor e pesquisador do PPG de Saúde Coletiva da Unisinos

ENQUETE NO SÍTIO DO IHU

Acesse www.ihu.unisinos.br e participe!

Na **Folha de S. Paulo** do dia 11-9-04, o prof. Dr. Lenio Luiz Streck, professor da Unisinos, defende a idéia do governo de, mediante lei, tornar obrigatório ao advogado informar às autoridades sempre que realizar, a pedido ou em nome de clientes, operações financeiras, imobiliárias ou empresariais suspeitas. O professor cita alguns dados: “no ano de 1998, 11,7 milhões de pessoas e 464.363 empresas não declararam Imposto de Renda, mas movimentaram, nos bancos, R\$ 341,6 bilhões (quase a metade do PIB daquele ano), que escaparam do fisco. Nove milhões de contas de pessoas físicas - que declararam renda de R\$ 300 milhões - movimentaram R\$ 1,3 trilhão. Contraponto: vigente desde 1998, a Lei de Lavagem de Dinheiro produziu, até o início de 2004, apenas uma condenação com trânsito em julgado”.

Tu és a favor de tornar obrigatório ao advogado informar às autoridades sempre que realizar, a pedido ou em nome de clientes, operações financeiras, imobiliárias ou empresariais suspeitas?

- sim, sou totalmente a favor
- sim, mas com ressalvas
- não, sou totalmente contra
- não tenho opinião formada

[\(Voltar ao índice\)](#)

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU – , da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Diretor do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Diretora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montañó (soniam@bage.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2^{as} feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinfo@poa.unisinos.br . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br . Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS